

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2020/2021



TII

**A NATO E OS DIREITOS HUMANOS - O PRINCÍPIO DA
RESPONSABILIDADE DE PROTEGER COMO PROPÓSITO PARA A
INTERVENÇÃO MILITAR**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Ricardo Miguel Ramos Bailote
MAJOR DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A NATO E OS DIREITOS HUMANOS - O PRINCÍPIO DA
RESPONSABILIDADE DE PROTEGER COMO
PROPÓSITO PARA A INTERVENÇÃO MILITAR**

MAJ INF GNR Ricardo Miguel Ramos Bailote

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A NATO E OS DIREITOS HUMANOS - O PRINCÍPIO DA
RESPONSABILIDADE DE PROTEGER COMO
PROPÓSITO PARA A INTERVENÇÃO MILITAR**

MAJ INF GNR Ricardo Miguel Ramos Bailote

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Orientador: TCOR GNR CAV Marco Gonçalves

Coorientador: TCOR GNR INF Silva Soares

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Ricardo Miguel Ramos Bailote**, declaro por minha honra que o documento intitulado **“A NATO e os Direitos Humanos – O princípio da Responsabilidade de Proteger como propósito para a intervenção militar”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**

Ricardo Miguel Ramos Bailote



Agradecimentos

O presente trabalho de investigação chancela uma nova etapa no meu percurso académico e profissional, cuja concretização resulta, de forma indubitável, da colaboração excecional de diversas pessoas, às quais endereço um sentido agradecimento.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel Marco Gonçalves, um particular agradecimento por ter incentivado, desde o início, a sua realização, bem como pela disponibilidade permanente para contribuir para o seu enriquecimento e estruturação.

Ao Tenente-Coronel Silva Soares, meu coorientador, pela atenção e disponibilidade com que sempre acompanhou este meu percurso, agradecendo ainda a partilha de conhecimentos e conselhos, que permitiram o enobrecimento do trabalho.

Aos elementos entrevistados, os Exmos. Professores Doutores, Miguel Neves e Ana Rita Gil, os Distintos Jornalistas, Luís Castro e José Manuel Rosendo, e o Exmo. Brigadeiro General Vittorio Stella, uma nota de especial agradecimento, pela pronta disponibilidade demonstrada num período tão atípico, bem como pelos contributos de elevação nas respostas facultadas e partilha de reflexões, suportes basilares, por excelência, aos resultados alcançados.

Aos meus camaradas do Curso de Estado-Maior Conjunto 2020-2021, pela amizade e apoio evidenciados nas longas horas que juntos lidámos.

Agradeço ainda ao Diretor de Curso, na pessoa do Comandante Luís Jimenez, pela entrega e dedicação, demonstrando sempre disponibilidade e não se poupando a esforços para salvaguardar os interesses e necessidades académicas dos auditores.

Por último, à minha família e amigos, por estarem sempre presentes, bem como pela força e apoio incondicional intermináveis, neste percurso de elevada exigência e determinação.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e concetual	4
3. Metodologia e percurso metodológico	9
4. O uso da força e a ingerência humanitária.....	11
4.1. Uso da força entre Estados	11
4.2. Ingerência humanitária	14
4.3. Síntese Conclusiva.....	18
5. O princípio R2P	20
5.1. Origem e implementação do princípio R2P.....	20
5.2. Os limites e desafios do princípio R2P	27
5.3. Síntese conclusiva.....	29
6. Intervenção na Líbia	31
6.1. Enquadramento do conflito.....	31
6.2. Intervenção da NATO na Líbia e o impacto no princípio R2P	32
6.3. Síntese conclusiva.....	36
7. Conclusões	37
Referências bibliográficas	40

Índice de Anexos

Anexo A – Parágrafos 138 e 139 com referência à R2P no <i>World Summit</i> da ONU	Anx A-1
Anexo B – Relatório n.º A/63/677, de 12 de janeiro de 2009, do SGNU	Anx B-1

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Guião da entrevista	Apd B-1
Apêndice C – Identificação dos entrevistados.....	Apd C-1
Apêndice D – Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta	Apd D-1
Apêndice E – Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados	Apd E-1



Índice de Figuras

Figura 1 – OG, OE, QC e QD.....	3
Figura 2 – Súmula da DUDH	7
Figura 3 – Composição e funções do CS.....	11
Figura 4 – Análise das entrevistas (OE1)	18
Figura 5 – R2P conforme apresentado no Relatório da CIISE em 2001	21
Figura 6 – Medidas pré intervenção armada	22
Figura 7 – Diferenças entre IH e R2P.....	23
Figura 8 – Evolução do princípio R2P	26
Figura 9 – <i>Mass Atrocity Crimes</i>	27
Figura 10 – Análise das entrevistas (OE2)	29
Figura 11 – Cronologia dos principais eventos no conflito.....	33
Figura 12 – Análise das entrevistas (OE3)	36

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Quadro 2 – Guião da Entrevista	Apd B-1
Quadro 3 – Identificação dos entrevistados.....	Apd C-1
Quadro 4 – Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta	Apd D-1
Quadro 5 – Excertos das Entrevistas e Segmentos de resposta identificados	Apd E-1



Resumo

O presente estudo visa analisar a aplicabilidade do princípio da Responsabilidade de Proteger, enquanto garante dos Direitos Humanos e propósito para uma intervenção militar.

Através de uma metodologia de investigação qualitativa, por via do método dedutivo, recorreu-se à recolha documental clássica e respetiva realização de entrevistas. Efetuou-se um enquadramento conceptual sustentado, com particular enfoque nas definições do uso da Força, Direitos Humanos e a Responsabilidade de Proteger.

Procedeu-se à análise das dinâmicas inerentes ao uso da força, em contexto internacional, bem como das situações de ingerência humanitária a montante de 2005, com particular destaque para as intervenções com propósitos humanitários, ocorridas após o final da guerra fria, durante a década de noventa.

Analizou-se a implementação e evolução da Responsabilidade de Proteger enquanto norma conciliadora entre os Direitos Humanos e o princípio da Não Ingerência, nas suas dimensões, pilares estruturantes e critérios para o uso da força com propósitos humanitários.

Destarte, analisou-se a intervenção na Líbia da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 2011, ao abrigo da Responsabilidade de Proteger, mormente em termos do impacto negativo e respetivas consequências que a ação armada exaltou no país em conflito e, inclusive, no próprio princípio com evidentes repercussões na sua aplicação em situações vindouras.

Palavras-chave:

Organização do Tratado do Atlântico Norte, Direitos Humanos, Uso da Força, Responsabilidade de Proteger, Líbia.



Abstract

This research study aims to analyse the applicability of the principle responsibility to protect as a guarantor of human rights and a purpose for military intervention.

Through a qualitative research strategy, by means of the deductive method, standard documental review and interviews. In this context, a supported conceptual framework was carried out, with particular focus on the definitions such as the use of Force, Human Rights and the responsibility to protect.

An analysis was carried out of the dynamics inherent to the use of force in an international context and of the situations of humanitarian interference prior to 2005, with particular emphasis on interventions with humanitarian purposes that took place after the end of the Cold War, during the 1990s.

The implementation and evolution of the responsibility to protect was analysed, as a reconciliatory approach between human rights and the principle of non-interference, its dimensions, its structuring pillars and criteria for the use of force with humanitarian purposes.

Therefore, the intervention of the North Atlantic Treaty Organisation in Libya in 2011, under the responsibility to protect, was assessed, considering the impact and consequences that the armed action raised in the country in conflict and in the principle itself, with obvious repercussions on its application in future situations.

Keywords:



North Atlantic Treaty Organisation, Human Rights, Use of Force, Responsibility to Protect, Libya.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AGNU Assembleia Geral das Nações Unidas

Art. Artigo

C

CEMC Curso de Estado-Maior Conjunto

Cfr. conforme

CI Comunidade Internacional

CIISE Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados

CNU Carta das Nações Unidas

CS Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DH Direitos Humanos

DI Direito Internacional

DIP Direito Internacional Público

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

E

e.g. *exempli gratia* - por exemplo

G

GAN Governo de Acordo Nacional

GF Guerra Fria

H

HoR *House of Representatives* /Câmara dos Representantes

I

IH Intervenção Humanitária

IIGM Segunda Guerra Mundial

IUM Instituto Universitário Militar

L

Ldf Legítima Defesa

N

NATO *North Atlantic Treaty Organization*

O

OE Objetivo Específico



OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
P5	Membros permanentes do Conselho de segurança da ONU
Q	
QC	Questão central
QD	Questão derivada
R	
R2P	Responsabilidade de Proteger
RI	Relações Internacionais
S	
SGONU	Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas
T	
TII	Trabalho de Investigação Individual
TPI	Tribunal Penal Internacional
U	
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviéticas



1. Introdução

O Trabalho de Investigação Individual (TII) desenvolve-se no âmbito do Curso de Estado Maior Conjunto (CEMC) e incide sobre “A *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e os Direitos Humanos (DH) – O princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P) como propósito para a intervenção militar”.

A defesa dos DH é um dos tópicos de discussão hodiernos e mais acesos por parte da Comunidade Internacional (CI). E, se antes da Segunda Guerra Mundial (IIGM) as referências enquadrantes dos DH rareavam, certo é que, com o término do conflito, assistiu-se a um proliferar desenfreado de normativos e organismos com o propósito de regular e proteger esses mesmos direitos, destacando-se, por excelência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Hoffmann, 2011; Morsink, 1999).

Embora o reconhecimento, em 1948, da DUDH pela ONU, as dinâmicas comungadas têm sido de permanente tensão, sobretudo, devido a um conflito de interesses entre a Carta das Nações Unidas (CNU) e a própria DUDH, dado que a CNU, ao estabelecer o princípio da soberania ou não ingerência em assuntos internos dos Estados (a norma estruturante dos DH) atribui, invariavelmente, uma dimensão universal à observância e respeito dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

Decerto, os anos que se seguiram à IIGM, ficaram marcados pelo emergir de duas superpotências: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), com posições de destaque em organizações coletivas de defesa antagónicas - na NATO e no Pacto de Varsóvia, respetivamente. Não obstante, fruto de diferentes ideologias políticas e culturais, embora com interesses idênticos, ambos os Estados entraram em rota de colisão. Destarte, desde o “*long telegram*” de George F. Kennan, até à queda do muro de Berlim, assistimos a um mundo bipolar.

Desta nova ordem política, a defesa da descolonização configurou um dos grandes pilares, resultando, em 1960, na aprovação da Resolução n.º 1514, de 14 de dezembro, pela ONU, que sentenciava todas as formas de colonialismo e incentivava o direito imediato da autodeterminação (Santos, 2019, p. 36). Contudo, na última metade do século XX, verificou-se que governos pós-coloniais, desenvolvidos em particular no continente Africano, possuíam várias semelhanças no seu processo de desenvolvimento, que se revelaram determinantes em antagonismos vindouros, designadamente: i) um afastamento do pluralismo político em prol de regimes totalitaristas; ii) a ascensão de líderes políticos



marcadamente autoritários e opressivos; iii) a fragilidade das instituições públicas; iv) a influência por grupos de interesses externos que procuravam controlar a distribuição de bens materiais; v) a proliferação de políticos corruptos; e vi) uma fraca coesão nacional, lado a lado com uma diversidade étnica elevada (Oliveira, 2009). Assim, o que poderia configurar uma nova era de autodeterminação, prosperidade e liberdade para esses novos Estados, culminou num processo altamente complexo de integração das diferentes culturas e etnias, resultando, por diversos cenários, em massacres, genocídios, limpezas étnicas e crimes graves contra a humanidade, perpetuados pelos responsáveis políticos desses Estados.

Com o desfecho da Guerra Fria (GF) e o desmembramento da URSS, os casos de genocídio em massa e violência extrema multiplicaram-se, levantando inúmeras questões respeitantes à relação entre a teoria vs prática de uma (suposta) Intervenção Humanitária (IH), com o objetivo incontendível de salvar vidas. Importa referir, nesta matéria, que a intervenção da NATO no Kosovo teve, inevitavelmente, um papel fundamental na discussão gerada pós intervenção (Badescu, 2011).

Analizou-se, neste seguimento, a implementação do princípio da R2P apresentado em 2001, e adotado por unanimidade durante a Convenção Mundial da ONU de 2005, de acordo com os parágrafos 138 e 139, do *World Summit Outcome Document* (transcritos em Anexo A).

Tendo como propósito a proteção de civis dos *mass atrocity crimes*, a grande prova ao R2P ocorre exatamente em 2011, aquando da intervenção militar da NATO na Líbia, cuja execução fez ressurgir diversos problemas estruturais relacionados com a IH preventiva. Aliás, o próprio aumento significativo dos movimentos migratórios do continente africano para o Europeu, terá sido uma das consequências (Lano, 2019; Paris, 2014).

Neste seguimento e, perante o exposto, com vista à justificação do presente tema em investigação, entende-se ser fundamental analisar o uso da força, bem como as situações de ingerência humanitária, a par com a evolução do princípio da R2P e respetivos limites de atuação como norma conciliadora.

Por sua vez, o objeto de estudo centra-se na R2P enquanto justificativa para intervenção militar, segundo *jus ad bellum*¹. No domínio temporal, a investigação centra-se no período compreendido desde 2001 até à atualidade (uma vez que o conceito R2P, introduzido oficialmente a partir de 2005, no decurso da *World Summit*, foi apresentado em

¹ Refere-se às justificações ou motivos que possibilitam os Estados usar a força militar.

2001). Quanto ao espaço, alude-se ao tema partindo do contexto internacional, cenário onde se desenvolvem relações entre Estados e se verificam graves atentados aos DH.

Relativamente ao conteúdo, este delimita-se ao estudo da R2P, DH, uso da força e intervenções com propósitos humanitários em Estados Soberanos.

A analisar na presente investigação, são elaborados os seguintes parâmetros: objetivo geral (OG), objetivo específico (OE), questão central (QC) e questão derivada (QD) (Figura 1).

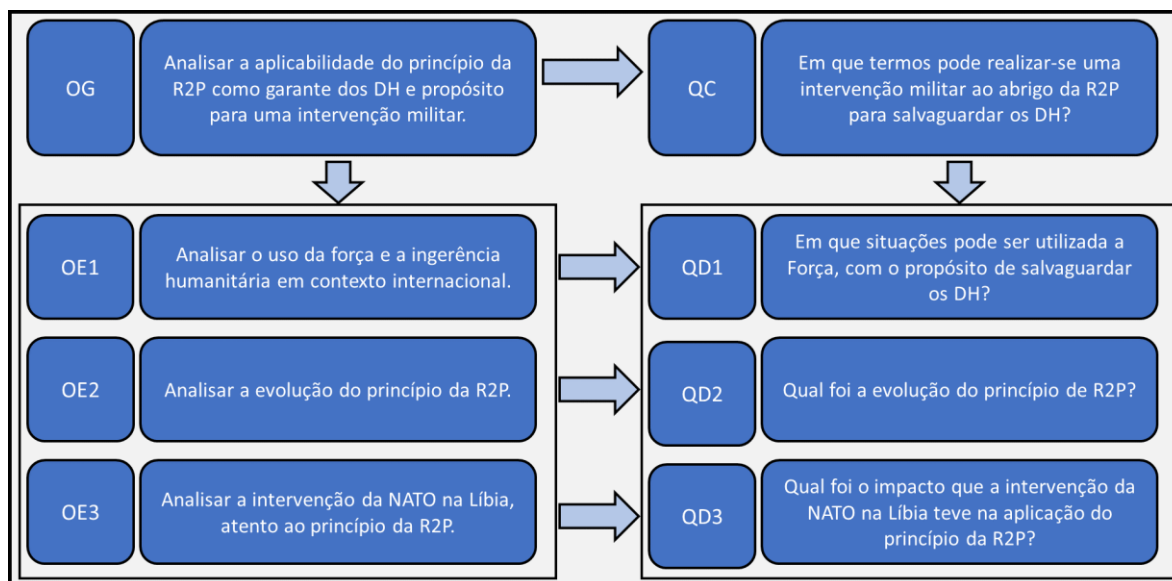


Figura 1 – OG, OE, QC e QD

Quanto à divisão do trabalho, este estrutura-se em sete partes principais, designadamente: i) introdução; ii) enquadramento teórico e concetual; iii) metodologia e percurso metodológico; iv) o uso da força e a ingerência humanitária – pretendendo-se abordar o uso da força conforme regulado pela CNU, em confronto com situações de ingerência humanitária ocorridas a partir da IIGM; v) o princípio R2P – contextualizando a sua origem e evolução até 2009, e os seus limites; vi) a intervenção na Líbia – contextualizando o conflito *per si*, a forma como decorreu a intervenção, e o impacto no princípio R2P; e vii) as conclusões.



2. Enquadramento teórico e concetual

Recorrendo à revisão da literatura e apurado o estado da arte alicerçado em teorias avaliadas pela comunidade científica, procedeu-se ao enquadramento teórico e concetual da investigação, onde se abordaram os conceitos basilares respeitantes à NATO, ao uso da força, soberania, DH, IH e R2P.

Fundada a quatro de abril de 1949, sendo Portugal um dos seus membros fundadores, a NATO configura uma organização internacional, inicialmente formada pelos Estados vencedores da IIGM, tratando-se assim de uma aliança política e militar que congrega atualmente 29 países membros da Europa e América do Norte. Esta organização prossegue o desiderato de proteger os seus membros por via política e militar, promovendo consulta e cooperação com países terceiros, sobre assuntos relacionados com a segurança, ou mesmo a reforma da defesa e manutenção (*North Atlantic Treaty Organization* [NATO], 2020).

Na esteira do Tratado do Atlântico Norte, na sua versão original, destaca-se o art. 3º, por referir o dever dos países membros em manter e desenvolver capacidades individuais e coletivas, por forma a resistir a um ataque armado. Releva-se ainda o art. 5º, que estipula que um ataque armado contra um ou vários Estados membros da NATO, será considerado um ataque a todos, incorrendo no direito de legítima defesa (Ldf), individual ou coletiva, reconhecido pelo art. 51º da CNU², que prevê o prestar assistência ao(s) Estado(s) atacado(s) (Tratado do Atlântico Norte de 04 de abril, 1949).

A NATO prossegue ainda com operações de resposta a crises não abrangidas pelo art. 5º do Tratado, designadamente, operações multifuncionais que englobam as atividades políticas, militares e civis, desencadeadas e executadas de acordo com o Direito Internacional (DI) e Humanitário, contribuindo dessa forma, para a prevenção e resolução de conflitos, gestão de crises ou ainda servir propósitos humanitários (MC 0372/2, 2019).

Na abordagem ao uso da força em contexto internacional, torna-se inevitável o enquadramento do seu uso em referência ao poder regulador da ONU. Importará assim referir, que a ONU resulta do pós-IIGM e, por sua vez, muito embora distante dos inúmeros aspetos previstos inicialmente na Carta, nomeadamente no que concerne à sua universalidade atual, por contraposição à dicotomia entre Estados pró-paz e Estados pró-conflito³, “os dispositivos que regulam a manutenção da paz e da segurança internacionais,

²Assinada nos EUA – São Francisco, a 26/junho/1945, durante a Conferência das Nações, em vigência a partir de 24/outubro/1945.

³A CNU contempla expressões como “Estados amantes da paz” e “Estados inimigos”.



mantêm-se inalterados, pese embora a sua ineficácia em situação de crise” (Ribeiro, 2018, p. 456).

A esse respeito, observa-se que a CNU regula o uso da força nas Relações Internacionais (RI), sendo que a manutenção da paz e segurança internacional são o principal objetivo da ONU: de acordo com o n.º 1, do art. 1º da CNU, “afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do DI” (Organização das Nações Unidas [ONU], 1945).

Por conseguinte, como regra geral do DI, o uso da força é proibido ou excluído. Contudo, as regras da CNU sobre o uso da força são breves e não podem constituir um código abrangente, sendo que as disposições do n.º 4, do art. 2º, referem que os seus membros deverão “abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das ONU”. Ainda, de acordo com o art. 51º, “nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de Ldf individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas” (ONU, 1945).

Perante o exposto, importa referir que estas normas foram elaboradas em resposta à IIGM, sendo, portanto, dirigidas a conflitos intraestatais. Porém, observa-se que os conflitos intraestatais em larga escala, provaram ser a exceção desde 1945, e que as guerras de caráter não internacional⁴, com ou sem intervenção externa, superaram em número as guerras intraestatais tradicionais (Gray, 2008, p. 6).

De uma forma geral, poder-se-á definir a força, segundo Cooper (2006), como a sanção máxima nas RI, configurando o garante último da segurança e paz entre Estados. Apesar do uso da força ser mais abrangente que a guerra *per si*, importa mencionar Clausewitz (1873), que, porventura fruto da sua condição militar, simplifica a problemática, ao analisar a guerra como “continuação da política por outros meios”.

No que concerne à soberania, esta pode ser concebida enquanto representação de independência (por norma avocada pelos responsáveis políticos que pretendem declarar à população desse Estado a sua autonomia, em relação a qualquer entidade externa), ou, como afirmação da força jurídica, o que significa que, dentro dos limites territoriais da jurisdição

⁴ Cfr. art.º 3º das Convenções de Genebra.



do Estado, “este tem o poder de decisão, em última instância, sobre a eficácia de qualquer norma jurídica.” (Dallari, 1983, p. 9).

A conceção unitária clássica de soberania é a doutrina de que os Estados Soberanos tanto exercem supremacia interna sobre todas as outras autoridades dentro de um determinado território, como a sua independência para autoridades externas (Keohane, 2003).

Ao nível das RI, os Estados não reconhecem uma autoridade superior, como tal, possuem o poder legislativo de resolução de conflitos e de aplicação da Lei. O dever de agir sobre atos cometidos no seu território, passa a ser assim assunto de foro interno desse Estado. Nesses termos, todos os Estados são vistos como igualitários perante a Lei, e só em última instância, as diferenças entre Estados serão resolvidas à força (Kotzias, 2001, p. 32).

No campo dos DH, importa assinalar que a ONU emerge com “o objetivo de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, baseando-se nos princípios da justiça, dignidade humana e bem-estar universal” (ONU, 2020).

Das intervenções desencadeadas pela ONU na área dos DH, destaca-se a DUDH, ratificada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (Resolução 217A (III) de 10 de dezembro, 1948), uma compilação de textos e normas legais que enuncia os DH (Lobo, 2015).

A DUDH tratou-se do primeiro documento legal a estabelecer os DH fundamentais a serem universalmente protegidos. Continua a ser o fundamento de todo o DI dos DH, e os seus 30 artigos (Figura 2), representam os princípios e alicerces das atuais e futuras convenções, tratados e demais instrumentos jurídicos em matéria de DH (ONU, 2020).

<div><div>Declaração Universal dos Direitos Humanos</div></div> <div>Declaração Universal dos Direitos Humanos 30 artigos - Súmula</div>				
Art.º1º Direito à igualdade	Art.º2º Proibição da discriminação	Art.º3º Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal	Art.º4º Proibição da escravidão e da servidão	Art.º5º Proibição da Tortura e tratamentos desumanos
Art.º6º Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica	Art.º7º Direito à igualdade perante a lei	Art.º8º Direito a recurso efetivo num tribunal competente	Art.º9º Proibição da detenção e exílio arbitrários	Art.º10º Direito a um julgamento justo
Art.º11º Direito à presunção de inocência até prova em contrário	Art.º12º Proibição da Intromissão arbitrária na vida privada	Art.º13º Direito à liberdade de circulação dentro e fora do país	Art.º14º Direito a requerer asilo	Art.º15º Direito a uma nacionalidade e liberdade para mudar
Art.º16º Direito a casar e a constituir família	Art.º17º Direito à propriedade	Art.º18º Liberdade de pensamento, consciência e religião	Art.º19º Liberdade de opinião e expressão	Art.º20º Liberdade de reunião e associação
Art.º21º Direito a participar em governo e em eleições livres	Art.º22º Direito à segurança social	Art.º23º Direito ao trabalho e à filiação em sindicatos	Art.º24º Direito ao repouso e ao lazer	Art.º25º Direito a um nível adequado de vida e proteção da família
Art.º26º Direito à educação	Art.º27º Direito a participar na vida cultural da comunidade	Art.º28º Direito a uma ordem jurídica que efetive estes direitos	Art.º29º Deveres dos indivíduos perante a comunidade	Art.º30º Salvaguarda dos direitos humanos

Figura 2 – Súmula da DUDH

Considerando as suas características universais, estes Direitos desenvolveram-se numa permanente relação com os processos históricos, desde a IIGM; o conflito bipolar; as vagas de descolonização; as tensões relacionadas com a autodeterminação; e a Lei Penal Internacional, que constituem a montante, as bases em que os DH se afirmaram em pleno e se desenvolveram (Monteiro, 2012).

Neste contexto, importa relevar a discussão da legitimidade cultural dos DH, afirmados como direitos universais, ou seja, direitos de todos os Homens por força da sua condição humana, num mundo em que, apesar das evidentes diferenças culturais, são cada vez mais visíveis os pontos em comum inerentes à globalização (Jerónimo, 2001).

Não obstante os DH serem assumidos como uma verdade absoluta e de alcance universal, nunca deixaram de gerar discussão, uma vez que colocam em disputa duas tipologias definíveis dentro da sua categoria: os direitos civis e políticos (bastião da cultura ocidental), e os direitos económicos e sociais (favorecidos pela cultura oriental) (Jerónimo, 2001).

Segundo Holzgrefe (2003, p. 18), a IH trata do uso da força nas fronteiras internas de um Estado por outro Estado, conjunto de Estados ou organizações internacionais, com o objetivo de prevenir ou pôr termo a violações graves e em massa dos DH fundamentais dos indivíduos, sem a permissão do Estado, e em cujo território é aplicada a força.

O princípio R2P, resultante da centralidade do discurso referente aos DH, arrogado na CI após a queda do muro de Berlim, tem origem na concordância entre os académicos e



políticos sobre a hegemonia da paz universal e humanitarismo. A R2P pode ser vista assim, como uma resposta da CI ao dilema de compatibilizar a proteção dos DH, com o respeito pela soberania dos Estados (Lobo, 2015; Viana, 2014).

Em 2005, a R2P foi discutida e aprovada na AGNU, como o princípio através do qual os Estados deveriam defender os DH, na assunção da responsabilidade da CI em reagir aos conflitos enquanto meio de salvaguarda da proteção humana, assente em três pressupostos: que os Estados têm i) a responsabilidade proteger o seu povo; ii) o dever de assistência por parte da CI; e iii) o dever de reagir quando o próprio Estado não cumpre com a sua responsabilidade primária.

Aqui, a intervenção da CI, teria como fim o término das violações em massa dos DH e, caso necessário e apenas como último recurso, fazendo uso da intervenção militar legítima em situações extremas, de onde se elencam seis princípios basilares para haver legitimidade (analisados em detalhe no capítulo quinto deste estudo): autoridade apropriada, justa causa, intenção correta, último recurso, meios proporcionais e perspectivas razoáveis (A. Bellamy, 2009; Souza, 2012).

3. Metodologia e percurso metodológico

O presente trabalho de investigação insere-se no domínio das Ciências Militares, concretamente, na área do “Estudo das Crises e dos Conflitos Armados” e subárea de investigação em “Direito Internacional Público (DIP)”⁵.

A metodologia segue o modelo de Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação, instituído pelo Instituto Universitário Militar (IUM).

O investigador, face ao objeto de investigação, opta por uma postura epistemológico-interpretativista, posicionando-se ontologicamente na linha construtivista, assente no raciocínio dedutivo (Bryman, 2012; Santos et al., 2019; Vilelas, 2017).

Em função do problema que se pretende investigar, adota-se uma estratégia de investigação do tipo qualitativo, sendo que o desenho da pesquisa configura um estudo de caso, com percurso metodológico compreendido em duas fases (Santos et al., 2019).

Numa primeira fase, enquadra-se o tema, estabelece-se o corpo de conceitos inicial e o “estado da arte”. Para tal, efetua-se uma aprofundada revisão da literatura. Fruto deste instrumento metodológico, torna-se possível identificar o objeto de investigação, definir os objetivos, formular o problema e desenhar o modelo de análise (Apêndice A) e procedimento metodológico mais adequados.

Considerando o enquadramento concetual apresentando anteriormente, seguem-se as seguintes linhas teóricas e estruturais do documento: i) a evolução do uso da força e a ingerência humanitária em contexto internacional; ii) a implementação e desenvolvimento do princípio R2P e respetivos limites; iii) a intervenção da NATO na Líbia ao abrigo da R2P.

Numa segunda fase, procede-se à aplicação do modelo analítico para estudo de caso, utilizando os conceitos teóricos e as relações estabelecidas na primeira fase, cruzando-os com os seguintes instrumentos de pesquisa e recolha de dados numa perspetiva *jus ad bellum*: a análise documental enquanto técnica de investigação baseada na recolha e análise de fontes (*e.g.* publicações doutrinárias, legislação, declarações e resoluções da ONU); e a entrevista, o método mais utilizado na investigação qualitativa, optando-se pela entrevista semiestruturada, em que, apesar de o investigador ter um guião de perguntas (Apêndice B), o entrevistado tem margem de manobra para responder, tornando-se num processo de entrevista flexível (Bryman, 2012).

⁵Cfr. Decreto-Lei n.º 249/2015, 28/outubro/2015.



Para o efeito e, considerando o contributo, por excelência, de informação de quem esteve no terreno à altura do conflito e/ou estuda afincadamente estas matérias, com suporte científico e/ou militar, entrevistaram-se académicos, militares e jornalistas (Apêndice C), tendo-se efetuado uma análise qualitativa aos resultados apurados (Apêndices D e E).

Ainda nesta última fase, desenvolve-se uma abordagem interpretativa dos resultados, bem como a sua avaliação e discussão. São igualmente apresentadas as conclusões e respetivas implicações, ressaltando-se ainda os contributos para o conhecimento, as suas limitações e recomendações futuras.

4. O uso da força e a ingerência humanitária

O presente capítulo aborda os fundamentos assumidos pela CI para o uso da força enquanto forma de resolução de um conflito, enquadrada em *jus ad bellum*. São ainda analisadas as principais intervenções humanitárias no contexto da CNU, a montante da implementação da R2P.

4.1. Uso da força entre Estados

Nos termos do n.º 1, do art. 1º da CNU, considera-se que a manutenção da paz e segurança em contexto internacional, configuram a missão primordial da ONU. Nesta esteira, e ao abrigo do n.º 4 do art. 2º da Carta, foi ponderado o princípio geral de exclusão ou proibição do uso da força nas RI entre Estados, tornando-se princípio fundamental, conforme estabelecido na CNU, a norma de *jus cogens*⁶: imperativa e inderrogável.

Como tal, o uso da força apenas se torna admissível em duas situações específicas, entenda-se, nos casos de Ldf, conforme preconizado pelo art. 51º da CNU, ou ainda por intermédio de uma deliberação do Conselho de Segurança (CS) da ONU (Figura 3), conforme previsto no seu art. 42º, que atribui competência específica ao Conselho para autorizar o uso da força, com vista à resolução de uma crise de paz e segurança internacionais (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018, p. 458; S. Santos, 2012).

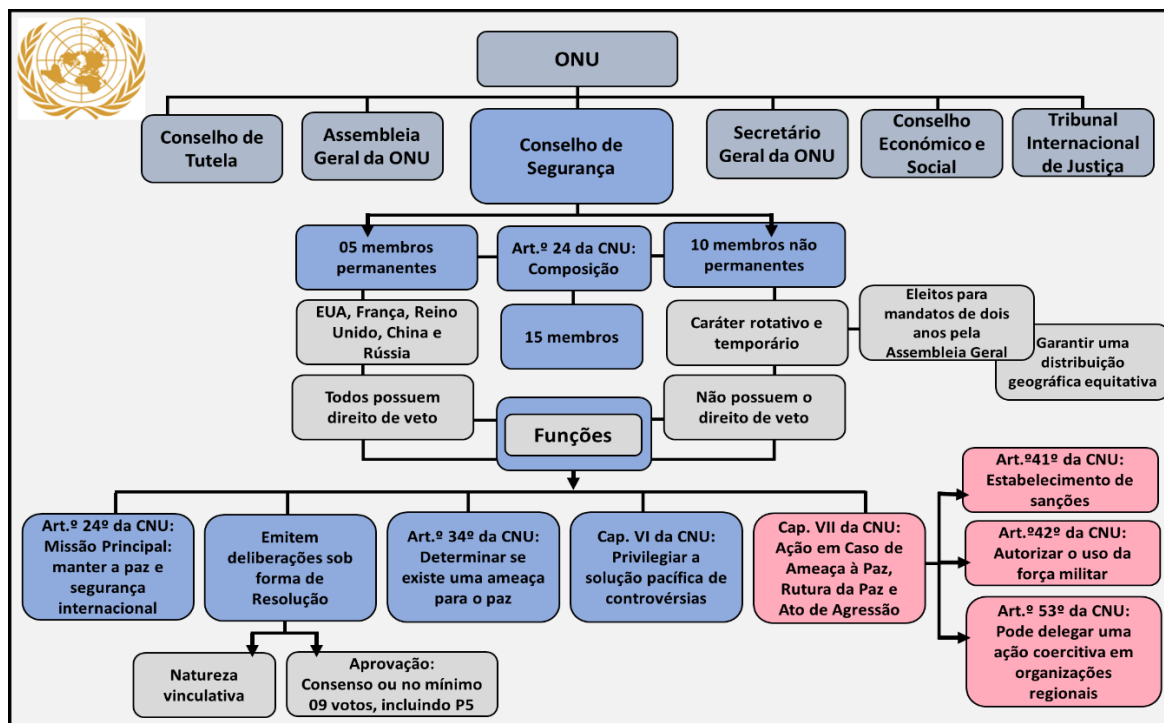


Figura 3 – Composição e funções do CS

⁶São as normas perentórias imperativas do DI, inderrogáveis pela vontade das partes.

Todavia, a interpretação da Ldf e respetiva evocação, enquanto argumento que legitima a utilização da força ou *jus ad bellum* de um Estado sobre outro, tem gerado uma corrente de discussão e controvérsia por parte da CI. Em causa, uma interpretação mais restritiva do direito, pois depreende-se que o art. 51º, conjugado com os n.º 2 e 4 do art. 2º, ambos da CNU, é demasiado redutor no que respeita à ingerência dos Estados nos assuntos internos de cada Estado (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018).

Neste contexto, e à luz do art. 51º da CNU, entende-se que a evocação da Ldf prevalece apenas em situação de ataque armado e enquanto o CS não adotar medidas consideradas necessárias para garantir a paz na região afetada. Importa assinalar, na redação do artigo, a utilização cirúrgica da expressão “ataque armado”, ao invés de “guerra”, de forma a limitar o espectro mais abrangente que a última poderá conter. De igual modo, o artigo em questão exclui a possibilidade de intervenção de um Estado terceiro, no sentido de prestar apoio a movimentos de libertação ocorridos no âmbito de uma guerra civil (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018).

Ora, durante o período da GF e decorrente do movimento anticolonialista gerado, assinalam-se duas resoluções com impacto nas questões relacionadas com o uso da força e da não ingerência em assuntos internos de cada Estado, designadamente: i) a declaração com os princípios do DI, respeitantes às relações amigáveis e à cooperação entre Estados⁷, conforme estabelecido pela AGNU, através da resolução A/Res/25/2625, de 24 de outubro de 1970; e ii) a definição de agressão, conforme estabelecido pela AGNU, através da resolução A/Res/29/3314, de 14 de dezembro de 1974 (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018).

Na primeira declaração enunciam-se seis princípios: i) os Estados devem abster-se nas suas RI do uso da força/ameaça contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado; ii) os Estados devem resolver as suas disputas internacionais por meios pacíficos; iii) o dever de não intervir em assuntos dentro da jurisdição interna de qualquer Estado; iv) o dever do Estado de cooperar uns com os outros em conformidade com a CNU; v) a igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos; e vi) a igualdade soberana entre Estados. Ressalva-se que, para além dos princípios supramencionados, a CNU assinala o fim imediato do colonialismo, tendo em devida conta, a vontade dos povos interessados (Resolução n.º A/Res/25/2625 de 24 de outubro, 1970; Paulo, 2008; Ribeiro, 2018).

⁷Atente-se à atualidade desta declaração, sendo recentemente invocada pelo Parlamento Europeu nas negociações tendentes à saída do Reino Unido da União Europeia, *cfr.* documento n.º 2017/2964/RSP(11dezembro).

Na segunda resolução, é definido e enquadrado o conceito de agressão, conforme preconizado no seu art. 1º, enquanto “utilização de força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com a CNU” (Resolução n.º3314 de 14 de dezembro, 1974). De ressaltar que a resolução estabelece como atos de agressão, independentemente de existir uma declaração de guerra formalizada por parte de um Estado sobre outro, um acervo de situações, aliás, plasmadas no seu art. 3º, onde se salientam: a anexação pelo uso da força do território de outro Estado ou parte dele; o bombardeamento de um Estado; o bloqueio dos portos ou zonas costeiras; um ataque contra as forças terrestres, marítimas ou aéreas, ou frotas marítimas e aéreas de outro Estado; a autorização concedida para que o seu território seja utilizado para perpetrar um ato de agressão contra um Estado terceiro; ou ainda o envio de forças irregulares ou mercenários armados, que perpetrem atos de força armada contra outro Estado (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018).

Apesar dos preceitos estabelecidos pela CNU e ainda pelas resoluções da AGNU supramencionadas, as invocações de Ldf têm sido excessivamente utilizadas para justificar o uso da força, sobretudo pelas grandes potências. De referir que os Estados tendem a justificar e enquadrar as suas ações, baseando-se em conceções empoladas de Ldf, tais como: i) a Ldf preventiva, a coletiva e a que ocorre por agressão indireta; ii) a intervenção armada para proteção de nacionais no estrangeiro, ou a que ocorre com o consentimento do Estado intervencionado; iii) as represálias armadas contra o uso da força ilícito de reduzida dimensão; e iv) a ingerência humanitária (Paulo, 2008; Ribeiro, 2018, p. 459).

Contudo, nesta matéria, o Tribunal Internacional de Justiça decide, por regra, no sentido de limitar a aplicação e a argumentação baseada na Ldf, para justificar o uso da força pelos Estados.

Assim, a entendida licitude do uso da força, enquadrada no art. 51º da CNU (que em Ldf pressupõe uma grave ameaça à existência), consubstancia-se por intermédio de cinco princípios identificados na jurisprudência, doutrina, costume e normativo legal, designadamente: i) o da necessidade, ou seja, face ao caráter tempestivo da situação, não é possível em tempo útil esperar por uma deliberação por parte do CS; ii) o da proporcionalidade, no qual a resposta deve limitar-se ao estritamente necessário para prevenir ou reprimir a agressão (excluindo o excesso de Ldf); iii) a adequação, ou seja, ter sido, ou estar prestes a ser objeto de ataque armado, condicionando outras formas de agressão, como eventuais sanções económicas; iv) o dever de relato, que consiste em

informar o CS sobre as medidas adotadas, de forma a que se possam dirigir esforços para dirimir o conflito e alcançar a paz e por último, que atribui à própria intervenção um caráter provisório; v) a possibilidade de ser invocada, a título individual ou coletivo, que confere a contingência a Estados mais pequenos de recorrerem a aliados para repelirem uma agressão (Paulo, 2008, p. 35; Ribeiro, 2018, p. 466).

Em suma, para se verificar um nexo de causalidade legítimo entre a relevância de intervenção e os fins perseguidos, os meios terão que ser adequados aos fins, e o ato exercido tem que ser necessário e atual, não existindo outra alternativa ao emprego da força militar, sempre com um caráter provisório (Santos, 2012, pp. 538-539).

Face ao que antecede, uma eventual intervenção militar que recorra a um ataque armado por parte de um Estado, um conjunto de Estados ou uma organização de cariz regional, nos assuntos internos de um outro Estado, com o propósito de salvaguardar os DH, ou com um objetivo humanitário, baseado na argumentação já aduzida, parece estar fora do art.º 51º.

Posto isto, permanece a questão de como enquadrar uma intervenção, na qual se utiliza a força sobre outro Estado, com o objetivo de prosseguir os fundamentos estabelecidos na DUDH.

4.2. Ingerência humanitária

Considerando a temática em apreço, não se abordam em detalhe as situações em que a ingerência humanitária suceda a jusante de um pedido por parte de um Estado, ou seja, quando a ONU intervém com forças militares ou mandata um terceiro, Estado ou Organização Regional, num contexto de crise humanitária, sendo que essa intervenção decorre de um consentimento expreso ou tácito dos Estados envolvidos (Morais, 2018).

Assim, quando a CNU estabelece a ilicitude da intervenção dos Estados nos assuntos do foro interno de outros Estados, conforme preconizado pelo n.º 4 do art. 2º da Carta, condiciona a intervenção da própria ONU nesses mesmos assuntos, conforme preconizado pelo n.º 7 do mesmo artigo, acabando por delimitar aquilo que é intitulado de domínio reservado dos Estados.

Considerando o estabelecido na CNU, depreende-se ainda que, desde que não colocadas em perigo a paz e segurança internacionais, não se verifica qualquer motivo interno que justifique a ingerência de terceiros (Morais, 2018; Ribeiro, 2018).

No entanto, quando ocorrem catástrofes humanitárias de considerável dimensão, provocadas por conflitos armados que comportem movimentos em grande escala de

refugiados e deslocados⁸, ameaçando, por essa razão, a integridade fronteiriça, a segurança e ordem pública dos Estados próximos, o problema deixa de estar circunscrito como uma questão do foro interno de um Estado, prevalecendo o efeito pretendido pelo n.º 7 do art. 2º da CNU - o princípio da não ingerência nos assuntos internos (Morais, 2018; Ribeiro, 2018).

Sobre esta questão em concreto, decorrem duas linhas de pensamento atento ao uso da força, designadamente: i) os que defendem a teoria restricionista, ou proibição absoluta do uso da força enquanto pilar estruturante da nova ordem internacional (relevando-se apenas duas exceções: nos casos de Ldf, individual ou coletiva, ou ainda por deliberação do CS); e ii) os (absolutistas) que defendem uma proibição relativa, em que, para além das duas exceções já consagradas na CNU, entendem que a força pode ser utilizada mediante três condições: não colocar em questão a integridade territorial do Estado intervencionado, a sua independência política e terá de estar em harmonia com os propósitos da ONU (Neves, 2021).

Assim, considerando o uso da força com propósitos humanitários, em que houve da parte do CS uma deliberação em formato de resolução, atribuindo a possibilidade de usar os meios tidos por necessários para por cobro a graves atentados contra os DH, destacam-se duas missões: a missão INTERFET, em Timor-Leste, entre 1999 e 2000, na qual uma força multinacional foi mandatada⁹ para fazer cessar os massacres de opositores à independência do território; e a missão MINUSTAH, no Haiti, entre 2004 e 2017, na qual uma força militar foi constituída¹⁰ para auxiliar as forças locais a garantirem um processo eleitoral livre, salvaguardando a ordem pública depois de um catapular de rebeliões violentas nesse país (Morais, 2018, p. 75).

A propósito das intervenções que decorreram a partir de uma perspetiva mais relativista da proibição do uso da força, realçam-se as seguintes: a intervenção armada por parte da Índia na zona oriental do Paquistão (1971), na sequência da qual a região do Paquistão Oriental se separou como o Estado independente de Bangladesh; a intervenção do Vietname no Camboja (1978), para combater o regime genocida dos *Khmers Vermelhos*, que culminou na mudança de regime; a intervenção da Tanzânia no Uganda (1979), com o objetivo de pôr

⁸Refugiados: cidadãos que, por motivos de perseguição (fruto da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política), estão fora do seu país de origem sem possibilidade de procurar proteção nesse país, de acordo com A,1) do art.º 1º da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (Conferência da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, 28/julho/1951); Deslocados: são pessoas deslocadas dentro do seu país (UNHCR, 2020).

⁹Cfr. Resolução do CS n.º1246/1999/(11junho).

¹⁰Cfr. Resolução do CS n.º1542/2004/(01junho).



cobro às atrocidades do regime sanguinário de Idi Amin, culminando na sua deposição como líder máximo desse Estado e respetivo exílio para a Arábia Saudita; e a intervenção da França na República Centro Africana (1979), que originou a mudança de regime. De relevar que nas duas primeiras intervenções, quer a Índia, quer o Vietname, invocaram o art. 51.º da CNU, a Ldf (Ribeiro, 2018, p. 468).

Não obstante as intervenções militares dos casos descritos possuírem uma justificação humanitária e terem como alvo regimes déspotas e sanguinários responsáveis por atos criminosos graves contra a sua própria população, a verdade é que acabaram por aparentemente culminar na prossecução de outros intentos, como parte de uma agenda geopolítica.

A título de exemplo, a Índia pretendeu enfraquecer o seu rival Paquistão e exercer autoridade sobre a sua região oriental, já o Vietname procurou eliminar a influência Soviética e apoderar-se das ilhas cambojanas e também a Tanzânia visou salvaguardar os seus interesses, ao colocar um líder político da sua confiança no poder (Morais, 2018, p. 76).

Destarte, a invocação de propósitos humanitários para justificar intervenções militares, baseava-se no entendimento de que a defesa dos direitos das pessoas colocados sobre grave ameaça, seria consistente com os valores e fins da CNU (*cfr.* preconizado no n.º 4 do art. 2º, conjugado com o n.º 3, do art.º 1º da CNU). Contudo, a aplicabilidade do artigo e respetivas exceções, configuram normas de carácter vago e impreciso (Morais, 2018; S. Santos, 2012).

Segundo Moraes (2018, p. 77), nenhum dos casos fez doutrina ou constitui jurisprudência, como modo de justificação de um direito de intervir por razões humanitárias, constatando-se que a causa humanitária serviu como argumento para alcançar interesses particulares das partes envolvidas e dissimular atos de agressão e ocupação ilegítimos.

Em contraponto, atente-se ao caso da guerra civil do Ruanda, em 1994. Não obstante os vários alertas por parte de responsáveis da Missão de Assistência da ONU para o Ruanda (UNAMIR) presentes no território, a CI assistiu ao genocídio de cerca de 800.000 Tutsis, entre abril e junho de 1994 e, por incapacidade de mobilizar os recursos (entenda-se, força militar em tempo oportuno), registou-se um dos maiores massacres da era moderna pós IIGM. Apenas no final de junho de 1994, mediante deliberação do CS¹¹, a França, com apoio da União Africana, desencadeou a “*Opération Turquoise*”¹², e enviou as primeiras tropas para o nordeste do país, contendo o massacre no início de julho. Todavia, as intenções da

¹¹*Cfr.* Resolução n.º S/RES/929/1994/(22junho).

¹²Uma força militar constituída por 3.400 militares, 2.900 Franceses.



França foram fortemente questionadas pela CI, devido à proximidade com o Presidente Habyarimana¹³ (Pereira, 2018, p. 47).

Embora a intervenção militar tenha pecado por tardia, foi considerada legítima, sucedendo em resposta a uma resolução do CS, sendo que pela mesma razão não pode ser considerada uma ingerência humanitária, apesar dos propósitos humanitários com uma ação direcionada “para proteção de um grupo de indivíduos vítimas do Estado ou que este não tem capacidade ou interesse em proteger” (Pereira, 2014, p. 690).

Enquadradas neste âmbito, identificam-se ainda as intervenções militares da ONU, com fins humanitários na Bósnia (1992) e na Somália (1992-93), que se constituíram como falhanços assumidos pela CI.

Em 1999, cinco anos mais tarde, a NATO desencadeou no Kosovo uma operação militar de grande envergadura, denominada Operação Força Aliada.

A intervenção militar consistia *per si*, numa campanha de bombardeamentos aéreos com o intuito de colocar termo à alegada repressão da maioria da população, etnicamente albanesa residente naquele território. Apesar de não existir autorização por parte do CS, a NATO decidiu, unilateralmente, avançar com uma intervenção militar¹⁴. O Secretário-Geral da NATO invocou um dever moral, fundamentando a intervenção como resposta à violação de direitos fundamentais e de catástrofe humanitária iminente. Importa referir que a NATO encontrava-se dividida em duas partes em relação a esta intervenção. Por um lado, com os EUA, Reino Unido e Bélgica com uma interpretação mais extensiva da CNU, no que diz respeito à proibição do uso da força (considerando que uma IH no Kosovo não necessitaria de uma autorização do CS), em alinhamento com a teoria da proibição relativa. A outra facção, liderada pela França e Alemanha, defendia uma interpretação mais restritiva do uso da força, na qual uma intervenção militar, com propósitos humanitários, teria de carecer de uma autorização prévia do CS (Morais, 2018; Alcântara, 2011; Pereira, 2018).

A intervenção militar da NATO foi demonstrativa da falta de união da CI, fragilizando a credibilidade da ONU enquanto organização política de cariz universal, e o seu poder e autoridade enquanto regulador da paz mundial. O CS carecia em desempenhar o seu papel, ocorrendo várias situações em que outras organizações e Estados, à sua revelia, intervieram nos assuntos internos de Estados soberanos por meio da força, a coberto de argumentos como

¹³Presidente do Ruanda, morto num atentado a bordo de uma aeronave, a 06/abril/1994.

¹⁴Cfr. Resolução do CS n.º 1160/1998(31março), reconhece a situação como grave, condena o abuso da autoridade pelas forças de segurança e estabelece um embargo de armas à Jugoslávia. Seis meses mais tarde, em setembro, o CS emite a Resolução n.º 1199/1998(23setembro), na qual estabelece medidas a tomar pela Jugoslávia para garantir a paz.

a Ldf e a ingerência humanitária (alguns de sustentação frágil). Por conseguinte, as dificuldades emergentes do problema de fazer face a violações maciças de DH, sem as incertezas e ambiguidades da ingerência humanitária, levaram, em 1999, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (SGONU), Koffi Anan, a desafiar a CI a desenvolver o conceito de IH. Esse desafio deu origem à criação de uma Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados (CIISE) que, em dezembro de 2000, apresentou o relatório R2P (Morais, 2018; Ribeiro, 2018).

De acordo com uma análise qualitativa, a informação constante na Figura 4, destaca-se como sendo a mais relevante em matéria das entrevistas (realizadas aos profissionais identificados em Apêndice C), com a finalidade de recolher informação que concorra para o OE1.

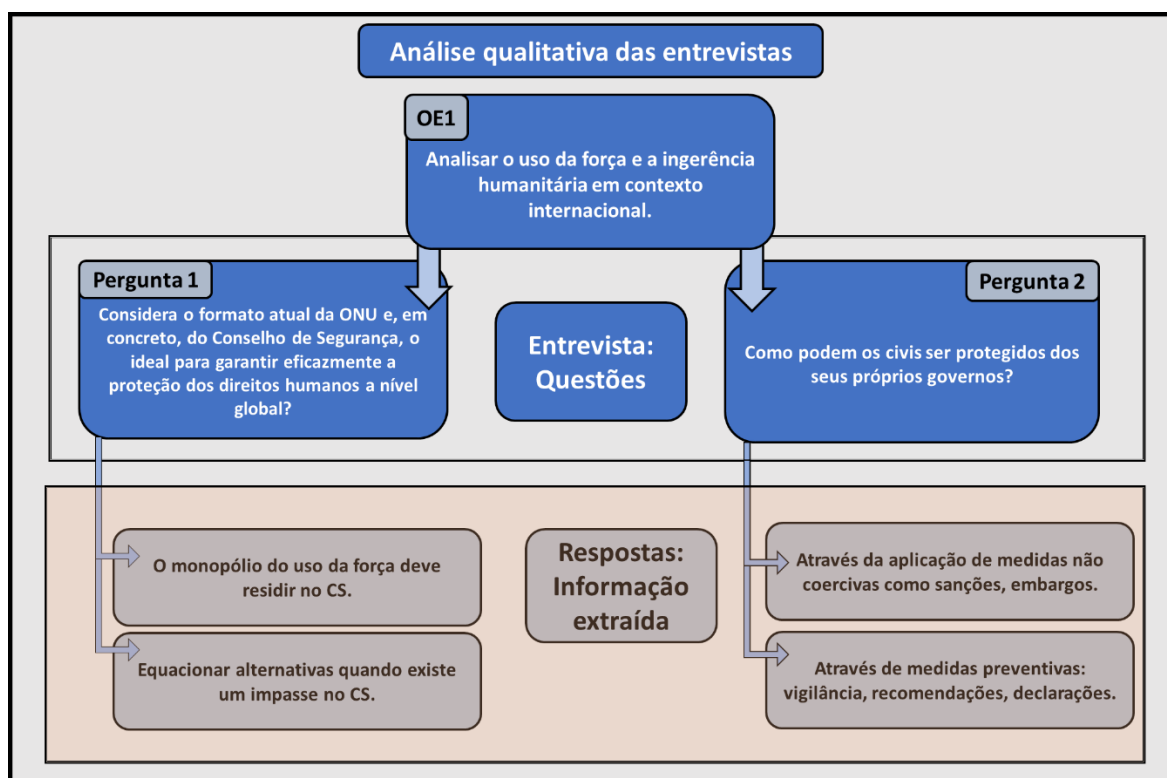


Figura 4 – Análise das entrevistas (OE1)

4.3. Síntese Conclusiva

Foi analisado o uso da força em contexto internacional, observando-se que a regra geral aponta à sua proibição como forma de resolução dos conflitos, e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, conforme plasmado na CNU. Deste princípio, decorrem duas exceções à regra, designadamente, nos casos de Ldf ou mediante autorização do CS.

Releva-se ainda o papel regulador do CS, enquanto órgão responsável por legitimar uma intervenção armada fora do contexto de Ldf e identificou-se um vazio legal em relação à IH



sem autorização do CS. Esta situação é agravada com o final da GF e dissolução do mundo bipolar, assistindo-se a um escalar de intervenções deste âmbito, com base em argumentos verosímeis e sustentados nas teorias da proibição relativa e Ldf preventiva.

Neste contexto, atente-se às ingerências humanitárias ocorridas durante a década de 90, com particular enfoque da intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, à revelia do CS, que resultou apenas na constatação da necessidade urgente em criar uma norma reguladora para as intervenções humanitárias, de forma a conciliar a soberania dos Estados e a salvaguarda dos DH, evitando assim a anarquia verificada nesse período.

5. O princípio R2P

O presente capítulo aborda os fundamentos que estiveram na origem do princípio R2P, enquanto norma conciliadora entre a soberania dos Estados e a salvaguarda dos DH, bem como a evolução da R2P desde 2001 até 2009, assinalando as principais diferenças entre o seu projeto e respetiva aplicabilidade. Por último, analisam-se os limites e principais desafios à R2P.

5.1. Origem e implementação do princípio R2P

Durante a sua intervenção na Assembleia do Milénio da ONU, o SGONU, Koffi Anan (2000, p. 36), fez o seguinte apelo: “a IH é, de fato, um ataque inaceitável à soberania, como devemos responder a um Ruanda, a um Srebrenica, a flagrantes e sistemáticas violações dos direitos humanos que ofendem todos os preceitos da nossa humanidade comum?”.

Posto isto, o Governo Canadano predispôs-se a criar uma Comissão Internacional Independente, intitulada CIISE, para estudar a problemática envolvente que decorre de uma IH e assim contribuir para a criação de um novo modelo de intervenção legitimado pela CI. Para além do apelo proveniente da ONU, elencam-se na sua génese vários fatores, nomeadamente: i) a observação de que, em casos de violações graves e persistentes dos DH, os métodos tradicionais¹⁵ revelavam-se ineficientes; ii) que a utilização de meios mais coercivos colidia, por norma, com a soberania dos Estados e o princípio da exclusão do uso da força; e iii) as *no fly zones*, implementadas na primeira Guerra do Golfo e replicadas no Kosovo, com propósitos humanitários (Brito, 2018; Evans, 2008; Lobo, 2015).

Em termos normativos, elencam-se como antecessores da R2P, os seguintes documentos: i) a CNU; ii) a DUDH; iii) o Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos em 1966, que reafirma o direito à vida e acrescenta à DUDH outros direitos¹⁶; iv) a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio de 1948, que estabelece a obrigação de prevenir e punir os crimes ou tentativas de genocídio; e v) o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) de 1998, que define os crimes de genocídio, contra a Humanidade e de guerra (Alcântara, 2011).

Assim, em dezembro de 2001, a CIISE, liderada por Gareth Evans e Mohamed Sahnoun, apresentou em formato de relatório, o princípio da R2P (Brito, 2018), destacando dois princípios fundamentais: que a soberania de um Estado implica responsabilidade e que a responsabilidade primária de proteger os seus cidadãos recai no próprio Estado.

¹⁵Condenações, sanções económicas, políticas, entre outras.

¹⁶Destacando-se a liberdade de pensamento, de associação, de religião, de reunião, a proteção das crianças e a proibição da tortura, escravidão e apelos ao ódio por motivos raciais e religiosos.

Destarte, quando o Estado em questão não consegue, ou não mostra vontade de proteger os cidadãos, essa responsabilidade transfere-se para a CI (Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania dos Estados [CIISE], 2001). E é com base nesses princípios fundamentais que assentam os três grandes pilares do conceito R2P: a Responsabilidade de Prevenir, a Responsabilidade de Reagir e a Responsabilidade de Reconstruir, conforme representado na Figura 5.

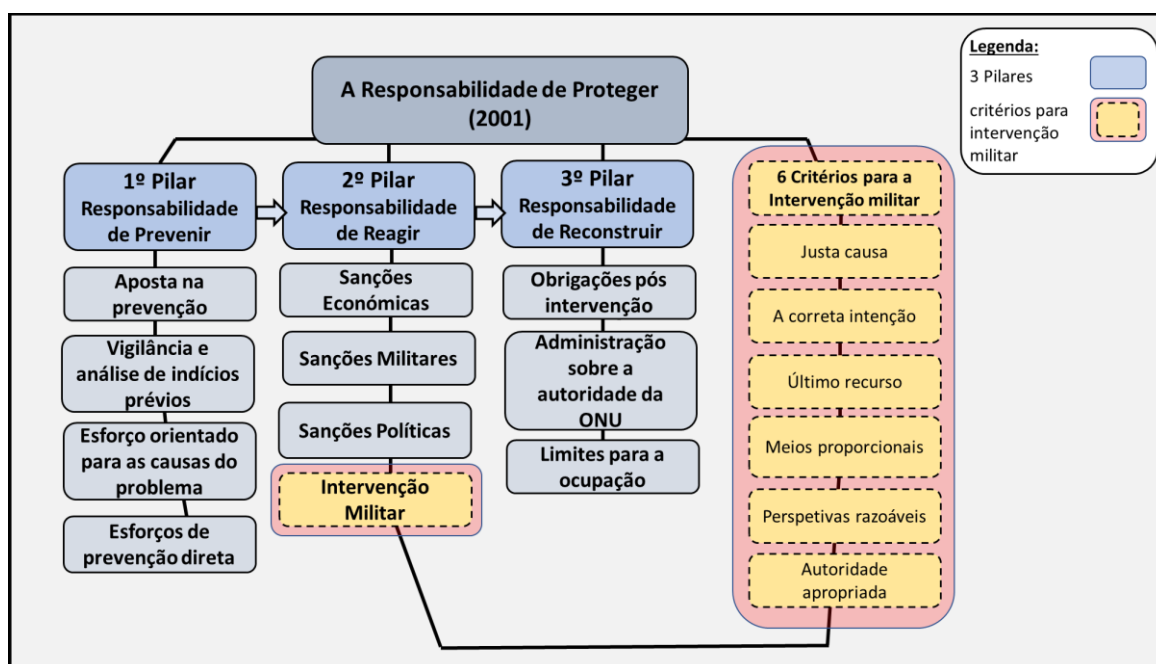


Figura 5 – R2P conforme apresentado no Relatório da CIISE em 2001

A Responsabilidade de Prevenir é talvez a dimensão mais importante do R2P, uma clara mudança no discurso recorrente nas crises humanitárias que o antecederam, ou seja, nesta dimensão, a responsabilidade de prevenir recai fundamentalmente sobre o próprio Estado como elemento fundamental da própria soberania. Assim, para uma prevenção eficaz, todos os fatores de risco deverão ser acautelados, evitando, dessa forma, a prossecução dos dois pilares seguintes. O relatório destaca ainda que, no processo de prevenção, as intromissões externas deverão cingir-se ao mínimo indispensável (CIISE, 2001; Moraes, 2018).

A Responsabilidade de Reagir ocorre a jusante da Responsabilidade de Prevenir, consistindo na proteção das populações em risco contra o Estado ou grupos armados causadores de genocídios, *mass atrocities crimes*, crimes de guerra ou limpezas étnicas. Aqui, a reação ao conflito consubstancia as mais variadas medidas, desde negociações, sanções económicas, processos judiciais internacionais (Figura 6) e, como último *ratio*, o uso da força por intermédio de uma intervenção militar (CIISE, 2001; Moraes, 2018).

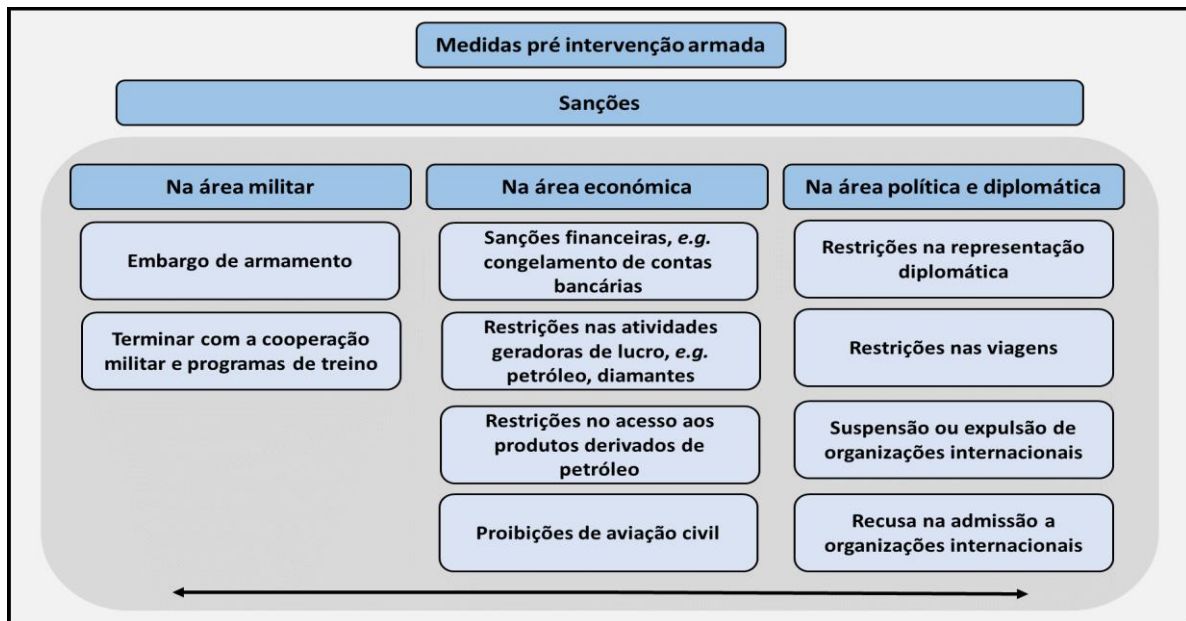


Figura 6 – Medidas pré intervenção armada

A Responsabilidade de Reconstruir, como última fase no processo, consiste na prestação de auxílio para a recuperação e reconstrução do país intervencionado. Trata-se da reparação dos danos causados, quer pelo próprio conflito, quer após uma intervenção armada, quando tal se afigure indispensável e tem o propósito de pacificar o ambiente, criar condições internas de estabilidade, usando mecanismos judiciais e apoio na reconstrução (CIISE, 2001; Morais, 2018).

Considerando o nível de reação máximo, conforme definido pelo segundo pilar apresentado no relatório de 2011, são elencados quatro princípios reguladores da anarquia atinente à ingerência humanitária, observada desde a queda do muro de Berlim, a saber: i) a justa causa ou *just cause threshold*; ii) os princípios preventivos; iii) a autoridade apropriada; e iv) os princípios operacionais. Não sendo possível analisar todos os princípios, abordam-se os primeiros três, divididos por seis critérios considerados como estruturantes e fundamentais para justificar uma intervenção armada (CIISE, 2001; Morais, 2018).

Em primeiro lugar, a justa causa pressupõe que, para uma intervenção militar ser considerada justificável, terá de existir a perda de vidas em grande escala (efetiva ou receada), com eventuais intenções genocidas, resultantes de ação-ou-omissão por parte de um Estado; e ainda uma limpeza étnica, nas mesmas proporções (efetiva ou receada), consubstanciada em massacre, violações e/ou atos de terror. Ou seja, terá de existir a ameaça ou a concretização de um crime grave e irreparável causado a seres humanos (CIISE, 2001; Breau, 2016; Pereira, 2018).

Em segundo lugar, os quatro princípios preventivos, são eles: i) a correta intenção; ii) o último recurso; iii) a proporcionalidade dos meios; e iv) as perspectivas razoáveis.

A correta intenção estabelece que os objetivos da intervenção terão de decorrer com o objetivo de fazer cessar o sofrimento humano e salvaguardar os DH, verificando-se uma ausência de interesse próprio. Aqui, uma intervenção não deverá servir para colmatar eventuais motivos de cariz económico, financeiro ou político, por parte de um Estado ou grupo de Estados. Neste contexto, contribuíram sobremaneira as ingerências humanitárias, perpetradas por diversos Estados durante a GF, mormente com o propósito de mudar o regime do país intervencionado para um mais favorável de acordo com a sua agenda política (Figura 7) (CIISE, 2001; Pereira, 2018; Breau, 2016).

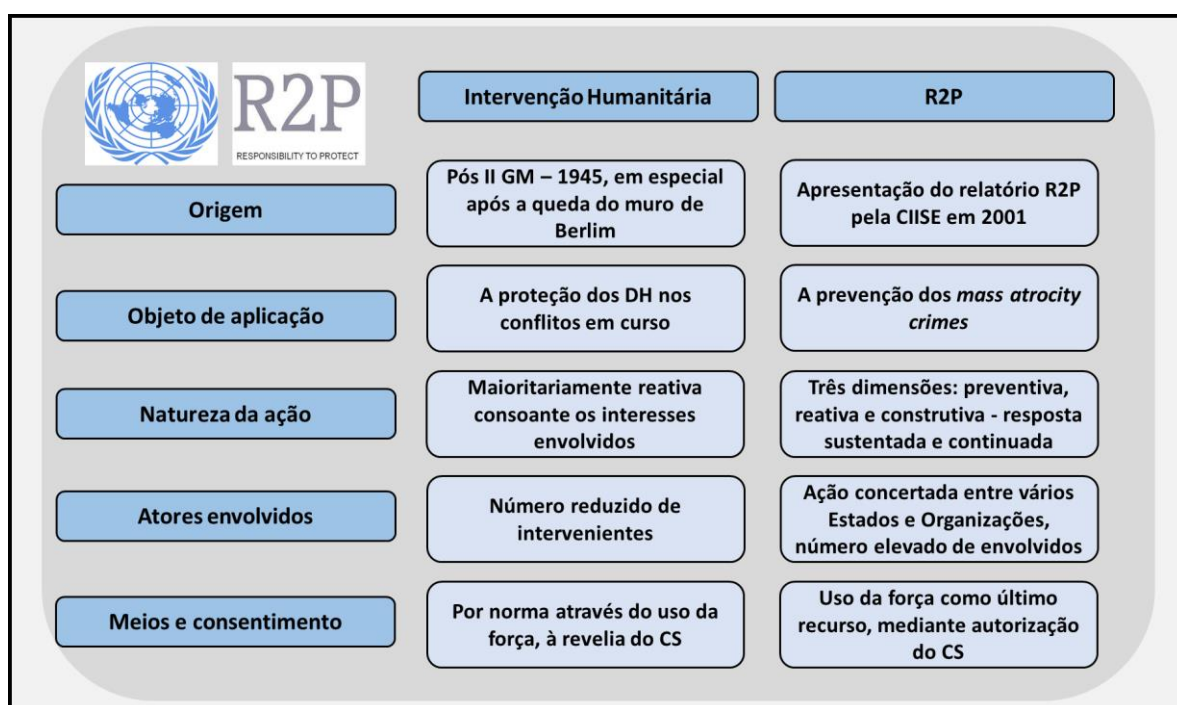


Figura 7 – Diferenças entre IH e R2P
Fonte: Adaptado a partir de Silva (2014, p. 24)

Configura um último recurso sempre que uma intervenção militar se justifique por serem esgotadas todas as opções não militares para a prevenção ou resolução pacífica da crise (Figura 6), existindo ainda motivos razoáveis para acreditar que medidas mais leves não teriam sido bem-sucedidas.

A intervenção deve ser a estritamente necessária para alcançar os objetivos de proteção da vida humana, estabelecida a montante do planeamento, pelo que deverão ser analisadas várias questões, como a proporcionalidade dos meios, a escala, a duração, ou mesmo a intensidade dos recursos militares previstos. Por pressuposto, uma crise deve ser planeada

considerando a previsível extensão da situação, adequando-se os meios a utilizar consoante a gravidade dos casos, à luz do postulado da força mínima.

Assinalam-se ainda, as perspectivas razoáveis, que estabelecem a existência de uma probabilidade razoável de sucesso em sustentar-ou-evitar o sofrimento que justificou a intervenção.

Como último dos princípios reguladores, a autoridade apropriada, nesta matéria, a CIISE, clarifica o papel central do CS como órgão decisório sobre uma intervenção militar com propósitos humanitários. Não existe na CI melhor órgão que o CS para deliberar e autorizar uma intervenção militar com fins humanitários. O propósito da CIISE não trata de encontrar alternativas ao CS, mas a otimização de procedimentos. Assim, a autorização do CS torna-se imprescindível a montante de qualquer medida de intervenção militar (CIISE, 2001; Pereira, 2018).

Atendendo a um eventual impasse decisório por parte do CS, quando confrontado com uma situação passível de ser enquadrada no princípio R2P, a CIISE dispõe de três alternativas plausíveis para desbloquear uma decisão, designadamente: i) decidir sobre uma eventual intervenção em sede de AGNU, numa sessão especial com cariz de emergência e com efeitos deliberativos, de acordo com a resolução Unidos para a Paz¹⁷; ii) procurar a atuação de organizações regionais na sua área de jurisdição, no âmbito do Capítulo VIII da CNU, requerendo posteriormente a autorização do CS; ou iii) esperar o “Código de conduta”, por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança (P5), que concordariam em não utilizar o seu poder de veto para matérias em que os seus interesses vitais não estão envolvidos, de forma a obstruir a passagem de resoluções que autorizam uma intervenção militar com fins humanitários e na qual é expectável congregar uma maioria deliberativa no CS (CIISE, 2001; Duarte, 2018; Pereira, 2018).

O relatório foi acolhido pela ONU, tendo motivado um debate intenso nas suas estruturas ao longo de quatro anos. Neste contexto, a invasão do Iraque em 2003, pela administração Bush, alegando propósitos humanitários de forma preventiva¹⁸, gerou uma desconfiança generalizada na CI, quanto às intenções veladas do princípio (Evans, 2008; Halt, 2012).

Em dezembro de 2004, a R2P foi formalmente mencionada no âmbito do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças e, em 2005, o SGONU reiterou o seu apoio

¹⁷Cfr. Resolução n.º 377/A/1950(03novembro) da AGNU, também conhecida como “Plano Acheson”, projetada para fornecer à ONU uma via alternativa de ação do CS ao veto dos P5.

¹⁸ E a alegada existência de armas de destruição maciça em território iraquiano.

ao conceito, defendendo a adoção do mesmo por parte da AGNU¹⁹. Durante o *World Summit* da ONU, em 2005, o princípio da R2P foi finalmente assumido no documento resultante dessa cimeira (Anexo A) (Pereira, 2018).

Não obstante, as discussões à volta do princípio continuaram, e em 2009, no âmbito de diálogos estabelecidos na AGNU, o SGONU divulgou o relatório intitulado *Implementing the responsibility to protect*²⁰ (Anexo B), que implementava uma estratégia alicerçada em três pilares para prossecução da R2P pela CI, sem natureza vinculativa (*soft law*²¹), sendo considerada a versão mais atual da R2P, designadamente: i) *The protection responsibilities of the State*, em que os Estados tem a R2P as suas populações contra quatro crimes e atrocidades em massa (entenda-se, o genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e limpeza étnica); ii) *International assistance and capacity-building*, na qual a CI tem a responsabilidade de incentivar e prestar assistência aos Estados no cumprimento dessa responsabilidade; e iii) *Timely and decisive response*, sempre que um Estado não cumpra com os seus deveres e falhe inequivocamente na proteção das suas populações, a CI deve estar preparada para, de forma oportuna e decisiva, tomar uma ação adequada, cumprindo com o estipulado na CNU (Resolução n.º A/63/677 de 12 de janeiro, 2009; Neves, 2021).

Considerando o intervalo de oito anos que separam o relatório apresentado pela CIISE e a deliberação da AGNU, em 2009, importa identificar as principais diferenças entre ambos, por forma a aferir a sua evolução e o atual enquadramento do princípio R2P (Figura 8).

¹⁹Cfr. parágrafo n.º 135 do relatório *In Larger Freedom* de 2005.

²⁰Cfr. Resolução n.º A/63/677 da AGNU, 12/janeiro/2009.

²¹No âmbito do DIP, refere-se a grande parte das resoluções, deliberações e declarações das AGNU, excluídas de um carácter vinculativo.

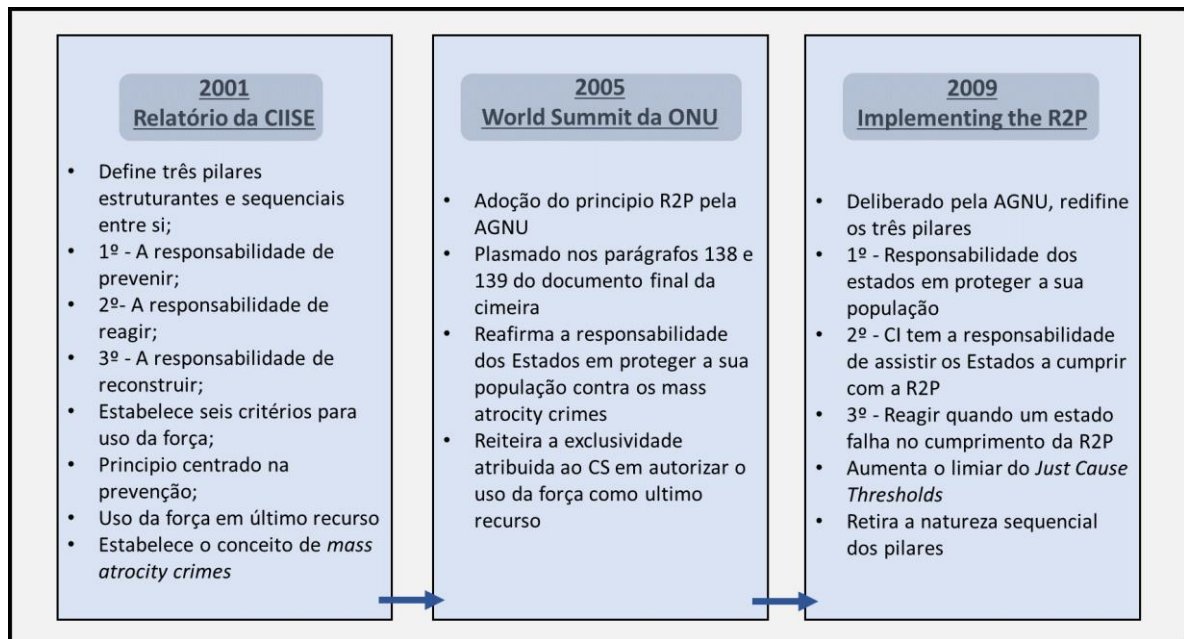


Figura 8 – Evolução do princípio R2P

Assim, em relação ao uso da força, constata-se que é prerrogativa exclusiva do CS, excluindo a R2P de qualquer intervenção não autorizada, contrária à linha orientadora estabelecida pela CNU. A questão da justa causa, implica agora a uma “manifesta” falha por parte do Estado em proteger a sua população, ao invés do estabelecido anteriormente, que referia que o Estado se revelou incapaz de garantir a proteção dos seus cidadãos - esta evolução tem como propósito excluir eventuais iniciativas pouco sustentadas por parte dos membros permanente do CS²². A referir ainda a redução do âmbito da responsabilidade da CI, sobre a qual passa a recair o uso de meios pacíficos, ficando excluída em relação ao uso de meios coercivos, ou seja, não lhe sendo reconhecido o direito de ingerência humanitária. Neste âmbito, mantiveram-se os restantes critérios de justificação de uma intervenção armada, conforme elencados em 2001.

Importa ainda olhar à prevalência de uma lógica de aplicação do princípio “caso a caso”, colocando de parte uma eventual natureza geral e abstrata da necessidade de intervir no âmbito da R2P e o não reconhecimento, de uma continuidade entre os três pilares e as respetivas interligações, de forma sequencial, como fora constatado anteriormente.

Por último, a reportar a queda da ideia de estabelecimento de um eventual código de conduta entre os P5, nas deliberações atinentes ao uso de força armada contra um Estado (Neves, 2021).

²²Recorde-se para esse efeito a intervenção armada dos EUA no Iraque (2003).

5.2. Os limites e desafios do princípio R2P

As limitações do princípio R2P concentram-se sobretudo i) no acervo de crimes limitados; ii) na amplitude dos conceitos; iii) na atualidade da CNU; iv) na interpretação extensiva do n.º 4 do art. 2º da CNU; v) no poder de veto dos P5; vi) na inexistência de órgão competente para determinar graves ameaças aos DH; e vii) no uso preventivo da força com propósitos humanitários (Duarte, 2018; Neves, 2021; Alcântara, 2011).

Uma intervenção ao abrigo da R2P encontra-se reduzida aos *mass atrocity crimes*, com referência a quatro crimes específicos, o genocídio, os crimes de guerra, os crimes contra a Humanidade e a limpeza étnica (Figura 9). Não obstante, ao verificar-se a necessidade de restringir a tipologia de crimes elencados como relevantes, a ponto de serem protegidos através da R2P, poder-se-ão, no futuro, equacionar outros crimes, tais como o tráfico de seres humanos, face à sua atualidade, em particular no norte de África (Duarte, 2018; Neves, 2021; Alcântara, 2011).

Genocídio	Crimes contra a humanidade	Crimes de Guerra	Limpeza étnica
<p>Definido no Art. 2.º da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio:</p> <p>“genocídio significa qualquer um dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) matar membros do grupo;(b) causar lesão grave à integridade de física ou mental de membros do grupo;(c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de lhe causar a destruição física total ou parcial(d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;(e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.”.	<p>Definidos no Art. 7º do Estatuto de Roma, como:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) assassinato;(b) exterminação;(c) escravidão;(d) deportação;(e) todo e qualquer ato desumano cometido contra as populações civis, antes ou durante a guerra;(f) perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos, quando tais atos ou perseguições sejam cometidos no seguimento de um crime contra a paz ou de um crime de guerra.	<p>Os crimes de guerra são as violações do direito humanitário internacional, ocorridas durante um conflito armado. Não existe documento único que codifique todos os crimes de guerra. Destacam-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) as Convenções de Genebra de 1949;(b) Art. 8.º do Estatuto de Roma;(c) Art.ºs 2º e 3º do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia;(d) Art. 4º do Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda.	<p>A limpeza étnica ainda não foi reconhecida como um crime ao abrigo do direito internacional. No contexto da guerra na ex-Jugoslávia, uma Comissão de Peritos da ONU definiu-a como:</p> <p>“Práticas coercivas utilizadas para remover a população civil, que podem incluir: homicídio, tortura, prisão arbitrária e detenção, execuções extrajudiciais, violação e sexual agressões, danos físicos graves a civis, confinamento da população civil em zonas do gueto, remoção forçada, deslocação e deportação da população civil, ataques militares deliberados ou ameaças de ataques sobre civis e áreas civis, utilização de civis como escudos humanos, destruição de bens, roubo de pessoas propriedade, ataques a hospitais, pessoal e instalações médicas.”</p>

Figura 9 – Mass Atrocity Crimes
Fonte: Adaptado a partir de ONU (2014)

No que concerne à amplitude dos conceitos, entende-se *e.g.*, a referência à definição de justa causa, por tratar-se de um conceito demasiado indeterminado, ou seja, em que momento um conflito atinge as proporções consideradas necessárias para motivar uma intervenção externa? Importa relembrar que o tempo urge em questões humanitárias, recordando o

conflito de Ruanda, em que 100 dias foram suficientes para assassinar cerca de 800.000 Tutsis (Breau, 2016; Neves, 2021; Alcântara, 2011).

Em relação à atualidade da CNU, considerando tratar-se de uma norma implementada no período pós-IIGM, consta-se que atualmente existe uma desadequação em relação à sua origem - a composição dos P5 requer uma atualização, tal como o conteúdo da Carta, mais orientada para conflitos inter-estatais, em detrimento dos atuais intraestaduais (Neves, 2021; Pattison, 2010; Alcântara, 2011).

A interpretação extensiva da norma da CNU, que prevê a proibição do uso da força, tem sido utilizada de forma abusiva por vários Estados e organizações regionais, entre as quais a NATO (*e.g.* intervenção no Kosovo), como tal, afigura-se necessário redefinir critérios, tornando-os mais claros e objetivos (Alcântara, 2011; Neves, 2021).

A aplicabilidade do poder de veto pelos P5 tem sido imensamente debatida pela CI. Já foram apontadas alternativas viáveis em caso de impasse, tais como: a transferência de responsabilidade para a AGNU, a criação de códigos de conduta ou a resolução Unidos para a Paz. No entanto, por falta de interesse dos próprios, nunca chegaram a ser implementadas (Breau, 2016; Neves, 2021; Alcântara, 2011).

A criação de um órgão competente, no espectro interno da ONU, que possa aferir ameaças graves aos DH e alertar o CS, pode constituir-se como um importante contribuidor para a paz mundial. Aqui, jaz a ideia de um órgão de caráter independente, representativo e isento, trabalhando em proximidade com o CS, que poderia aliviar o fardo das grandes potências e garantir uma maior transparência no processo - distinto do atual Conselho dos DH da ONU, mais vocacionado para a promoção dos DH à escala universal (Ayoob, 2002; Alcântara, 2011).

Por fim, o princípio R2P, como reafirmado em 2009, exclui uma intervenção militar preventiva com propósitos humanitários, quando desencadeada por parte da CI. A prevenção, em primeiro lugar, caberá ao próprio Estado e só depois à CI. Contudo, esta limitação consigna em si um desafio, trata-se da operacionalização da norma, principalmente na sua dimensão preventiva. Neste âmbito, destacam-se as Organizações Regionais e Não-Governamentais, como fundamentais para promover os DH e identificar possíveis ameaças (Pattison, 2010).

No que respeita aos desafios, estes agregam sobretudo três dimensões: uma conceptual, no sentido de assegurar que a R2P seja efetivamente compreendida pela CI; uma segunda relacionada com a prontidão institucional, que consiste em desenvolver capacidades nos

diversos atores das RI, caso seja necessário intervir; e a prontidão política, que consiste em definir mecanismos que possam gerar entre os Estados vontade de intervir (Evans, 2008, p. 289).

Porém, no presente, as ameaças híbridas, a proliferação de atores não-estatais violentos e terrorismo transnacional, tal como as novas tecnologias usadas no ciberterrorismo e ciberguerra, tendem a diminuir a eficácia dos instrumentos convencionados (Evans, 2008).

Neste âmbito, as intervenções isoladas, desfasadas da realidade do Estado intervencionado, com o propósito exclusivo de mudança de regime e democratização do regime político, no longo prazo, correm o risco de fracassar. Atente-se ao caso da Líbia, analisado no capítulo seguinte.

No âmbito deste capítulo, a informação constante na Figura 10, destaca-se como a mais relevante em matéria das entrevistas realizadas.

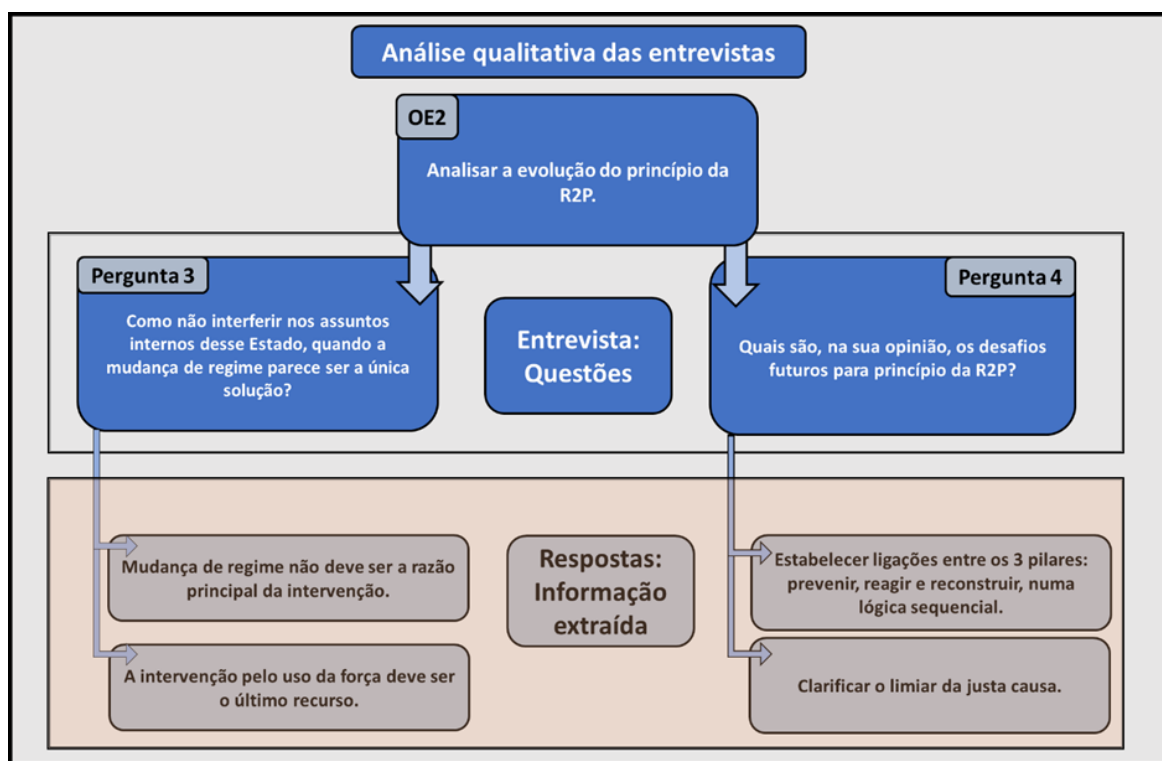


Figura 10 – Análise das entrevistas (OE2)

5.3. Síntese conclusiva

No presente capítulo, analisou-se o processo de implementação do princípio R2P, como resposta por parte da CI ao apelo do SGNU para regulação das intervenções humanitárias. No relatório da CIISE (2001), foi apresentado o princípio R2P, assente em três pilares sequenciais, a responsabilidade de prevenir, reagir e reconstruir, em que o primeiro reveste-se de particular importância, sobre o qual os restantes dois pilares de desenvolvem.



No Relatório, foram ainda elencados seis critérios reguladores, particularmente nos casos em que a utilização da força se mostra indispensável, realçando-se as alternativas apontadas nos casos de impasse por parte do CS. Após um intenso período de debate, que durou até 2005, a norma foi finalmente implementada pela ONU, no entanto com significativas diferenças em relação ao projeto inicial.

Atente-se à reafirmação da exclusividade do CS e respetivo poder deliberativo, no que concerne ao uso da força e o aumentar de graduação na justa causa, limitando as intervenções. Foram ainda elencadas as principais limitações ao princípio R2P, destacando-se o acervo de crimes, a amplitude de conceitos e o poder de veto dos P5.

6. Intervenção na Líbia

Neste capítulo intenta-se enquadrar o conflito na Líbia, com particular enfoque a partir do movimento revolucionário desenvolvido na região de África do Norte, que originou uma intervenção por parte da NATO ao abrigo do R2P. Visa-se ainda analisar a intervenção e o respetivo impacto no princípio R2P.

6.1. Enquadramento do conflito

Em 1969, após o golpe de Estado liderado por Muammar Kadhafi, dá-se a queda da monarquia na Líbia, sucedendo-lhe um regime ditatorial e sanguinário ao longo de 42 anos, encabeçado por este homem. O caráter opressivo do regime foi essencial para unir um país com uma elevada diversidade étnica e baixa coesão nacional (Vandewalle, 2012).

No entanto, a sua longevidade e a rejeição em tolerar a participação política ativa dos cidadãos no processo de governação, denominador comum com os demais regimes absolutos dessa região, viria a servir como alavanca para os conflitos que esses governos enfrentaram, a partir da circunstância e contexto adequado (Joffé, 2011).

Essa circunstância acabou por se desencadear, no final de 2010, na sequência da autoimolação de um desconhecido cidadão tunisino (o ato desesperado de Mohamed Bouazizi), enquanto protesto contra as condições de vida miseráveis do seu país, o início do que se viria a chamar de Primavera Árabe, caracterizada por revoluções de origem popular em vários países no norte de África, entre os quais, a Líbia, a 17 de fevereiro de 2011 (Blanchard, 2020).

Os protestos de 2011 irromperam na segunda maior cidade da Líbia, Bengasi, a 15 de fevereiro, após a detenção de um ativista crítico do governo de Kadhafi, transformando-se rapidamente num conflito armado, intitulado “guerra das *pick-ups*”. Contudo, quando o regime se preparava para declarar vitória, uma força militar comandada pela NATO, ao abrigo do R2P e mandatado pelo CS, interveio e alterou o equilíbrio da guerra civil a favor das forças rebeldes (Abomo, 2019).

A muito custo, Kadhafi conseguiu manter-se no poder até finais de agosto de 2011 e só depois de as forças rebeldes terem assumido o controlo da cidade de Trípoli, é que este acabou perseguido e assassinado no dia 20 de outubro desse mesmo ano, na sua terra natal, Sirte. (Britannica, 2020).

Posto isto, o processo de mudança e implementação democrática rapidamente derrapou, com diferendos entre diferentes grupos revolucionários e forças políticas, numa



tentativa desesperada de ascender ao poder e ocupar a cadeira, entretanto vagada pelo ditador deposto (Lorena, 2021).

Como tal e, de forma resumida, importa efetuar um breve resumo dos desenvolvimentos políticos desde 2011. Primeiramente, as forças rebeldes criaram o Conselho de Transição Nacional denominado, após processo eleitoral de 2012, de Governo e Acordo Nacional²³ (GAN), com o objetivo de conduzir politicamente o país e prepará-lo para eleições. Assim, em 2014, os candidatos submeteram-se ao escrutínio para eleger a Câmara dos Representantes (HoR). No entanto, devido à fraca afluência, o processo foi considerado inconstitucional. O órgão eleito transferiu-se então para Tobruk, enquanto o GAN permaneceu em Trípoli. Nisto, o país passou a ser governado por dois governos democraticamente eleitos. Ainda em 2014, o país entra novamente em guerra civil e em 2015, é assinado um acordo de paz entre as partes beligerantes. Desde então, a Líbia tem vivido períodos conturbados (*e.g.* surgimento do Estado Islâmico), com várias interferências externas (destacando-se o Egito e a Turquia como polos de influência), e constantes avanços e recuos no processo de paz e estabilização.

A este respeito, identificam-se, a HoR sob influência de General Khalifa Haftar, e o Governo Nacional de União de Abdul Hamid Dbeibeh, como as duas facções na disputa pelo poder (Aliboni et al., 2017).

6.2. Intervenção da NATO na Líbia e o impacto no princípio R2P

Ainda o conflito estava no seu início, a Alta-Comissária da ONU para os DH, Navanethem Pillay, em 22 de fevereiro de 2011, avisava para graves violações aos DH cometidas pelas autoridades líbias, apelando a uma investigação célere (Aljazeera, 2011).

Quatro dias depois, o CS respondia ao apelo, através da resolução n.º 1970, na qual expressava a sua preocupação face ao desenrolar dos conflitos, advertia o governo líbio para a R2P a sua população, decretava um embargo de armas ao país e apontava a inação do TPI.

Perante o avolumar de atrocidades, o CS, através da resolução n.º 1973 de 17 de março de 2011, i) exige o cessar-fogo e o fim da violência; ii) estabelece zonas aéreas proibidas; iii) reforça o embargo de armas previamente estabelecido; iv) autoriza os Estados Membros a tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis e as populações sob ameaça do regime; e v) coloca de parte o emprego de uma força de ocupação estrangeira sob qualquer forma e em qualquer zona do território Líbio.

²³Em 10/março/2021, formou-se um novo governo intitulado Governo Nacional de União.

O escalar das medidas de força implementadas pelo CS, foi consequência do persistente ativismo francês e britânico, em estreita articulação com várias organizações regionais: o Conselho de Cooperação do Golfo, a Liga Árabe e a Organização da Conferência Islâmica (Bellamy & Williams, 2011).

Neste contexto e, conforme preconizado pelas resoluções do CS, a partir de 19 de março, iniciava-se uma intervenção militar em território Líbio – primeiro, de forma independente por diversos Estados, entre os quais os EUA, Canadá, França e Reino Unido. A 25 de março, é criada uma zona de exclusão aérea, na qual a NATO assume o comando e coordenação das ações, através da Operação *Unified Protector*, que se estende até outubro de 2011 (Figura 11), sendo considerada uma intervenção enquadrada no princípio da R2P (Gertler, 2011; ONU, 2011).

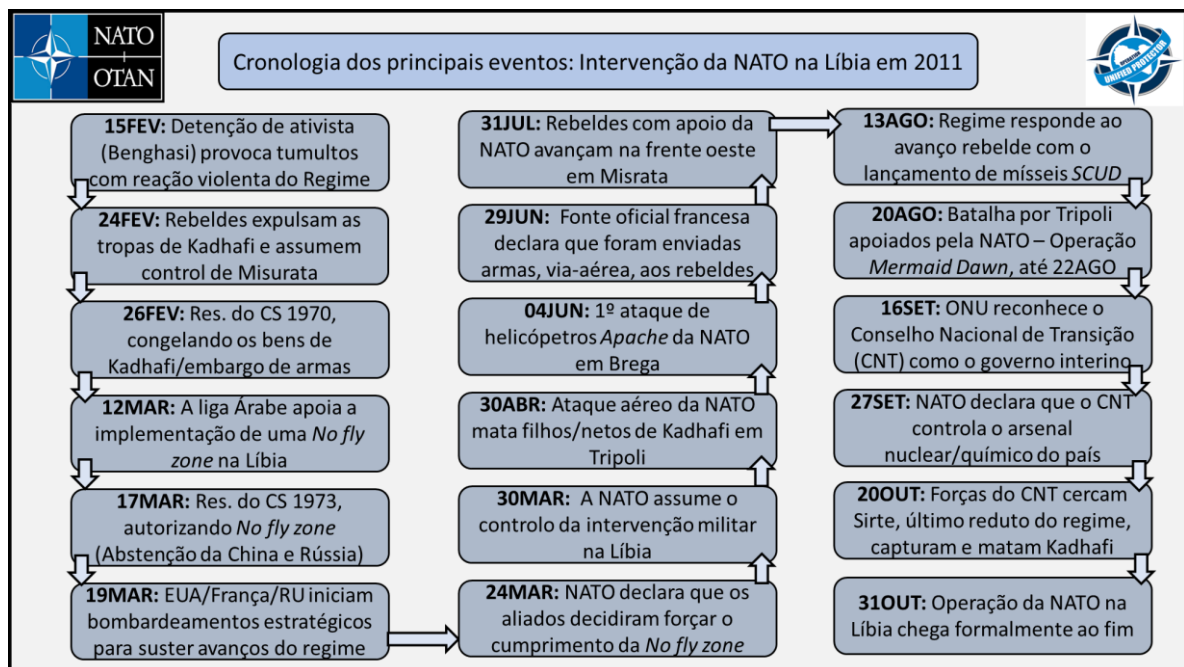


Figura 11 – Cronologia dos principais eventos no conflito

Importará mencionar que a intervenção da NATO foi a primeira desencadeada por essa organização ao abrigo da R2P, desde a sua implementação em 2005 - pese embora a intervenção no Afeganistão com contornos relacionados com a proteção dos DH²⁴ (atente-se que a mesma teve início em 2001, a pedido do seu governo e com o propósito de auxiliar a manter a segurança no seu território).

Não obstante a intervenção ter argumentos humanitários, subsistiam inúmeros interesses paralelos, mormente fundamentados: i) na deposição do regime de Kadhafi; ii) no controlo das reservas de petróleo e gás natural; iii) na disputa pelo controlo dos fundos

²⁴Desde 2001, foram efetuadas dezanove resoluções do CS, das quais dez referem a salvaguarda dos DH.



soberanos líbios; e iv) no reprimir dos intentos de Kadhafi na constituição de uma confederação de Estados Africana (Pureza, 2012; Sensini, 2011).

A intervenção da NATO, consubstanciada na criação de uma zona de exclusão aérea, contou com um uso desproporcionado da força militar. Durante a operação, estiveram envolvidos mais de 8000 militares, destacando-se a componente aérea com 260 equipamentos e a componente naval com 21 meios navais. No somatório da Operação, foram realizadas cerca de 26500 operações militares, 37% das quais com uso efetivo de armamento (Pureza, 2012).

Passados dez anos da operação, é possível constatar que o objetivo principal da intervenção tratou de desenvolver uma campanha aérea baseada em bombardeamentos estratégicos, para condicionar as forças armadas Líbias, fragilizar o regime e permitir liberdade de movimentos às forças revolucionárias, almejando, dessa forma, garantir uma vantagem em termos de potencial militar junto dos rebeldes, que culminou na perseguição e morte do antigo ditador.

Em setembro de 2011, o CS adotou a resolução n.º 2009, onde se destacava o apelo às autoridades líbias para promoção e proteção dos DH, bem como a decisão de implementar uma missão de apoio na Líbia²⁵, que visava assistir e apoiar os esforços nacionais.

Consumada a intervenção da NATO²⁶, destacam-se várias omissões relevantes a montante e no decorrer da operação, nomeadamente: i) não foram desenvolvidos esforços diplomáticos no sentido de obter um cessar das hostilidades; ii) não foram enviados observadores internacionais para o terreno, apesar da anuência do regime; iii) os bombardeamentos foram orientados para desgastar as forças armadas Líbias e garantir liberdade de manobra às forças rebeldes, sem qualquer relação com a zona de exclusão aérea e a R2P; e iv) foi feito um uso desproporcional da força (Pureza, 2012).

Cruzando as falhas da IH com o princípio R2P, chegamos à conclusão que ficaram por preencher vários critérios estruturantes da norma, começando logo pelo primeiro pilar do R2P, em que poderia ter existido um maior esforço por parte da CI em implementar medidas que permitissem constatar, efetivamente, a prossecução de eventuais *mass atrocity crimes*, como o envio de observadores ao terreno, e estabelecer um diálogo (Neves, 2021; O’Sullivan, 2018).

²⁵United Nations Support Mission in Lybia.

²⁶31/outubro/2011.

Em segundo, o *right intention*, como critério para uma IH, verificando-se que o principal objetivo da ação armada consistiu na mudança de regime para forçar a democratização do país, em detrimento da proteção dos DH (fazendo relembrar as crises humanitárias da década de 90 e a mais recentemente intervenção no Iraque em 2003) (Neves, 2021).

A proporcionalidade dos meios empregues foi manifestamente excessiva: o uso força não foi o último recurso (*e.g.* não foram aplicadas sanções económicas ou políticas) e, por último, denotou-se uma ausência de estratégia eficaz no pós conflito - entenda-se, o auxílio da CI na reconstrução do Estado intervencionado, considerado o terceiro pilar da R2P (Henriksen & Larssen, 2016; Lacher, 2020)

A este propósito, quando confrontado pelos *media* acerca da intervenção, Barack Obama, Presidente dos EUA, referiu que, ” apesar da intervenção na Líbia ter sido a decisão mais acertada, faltou um planeamento eficaz no pós-conflito (...)” (BBC, 2016).

Segundo Ware (2018), volvidos dez anos após a queda do regime, a Líbia configura um Estado falhado. O conflito perdura e o entendimento entre as instituições e líderes desse país persiste em não ser alcançado. A intervenção pelo uso da força, ao abrigo da R2P, esteve longe de se considerar um sucesso logo na sua primeira prova de fogo, constituindo-se como um retrocesso a sua aplicação, com respaldo no caso Sírio - com a transferência da R2P para a CI, por impasse do CS, mediante o veto da Rússia e da China (Abomo, 2019; Bellamy & Williams, 2011).

No âmbito deste capítulo, a informação constante na Figura 12, destaca-se como a mais relevante em matéria das entrevistas realizadas.

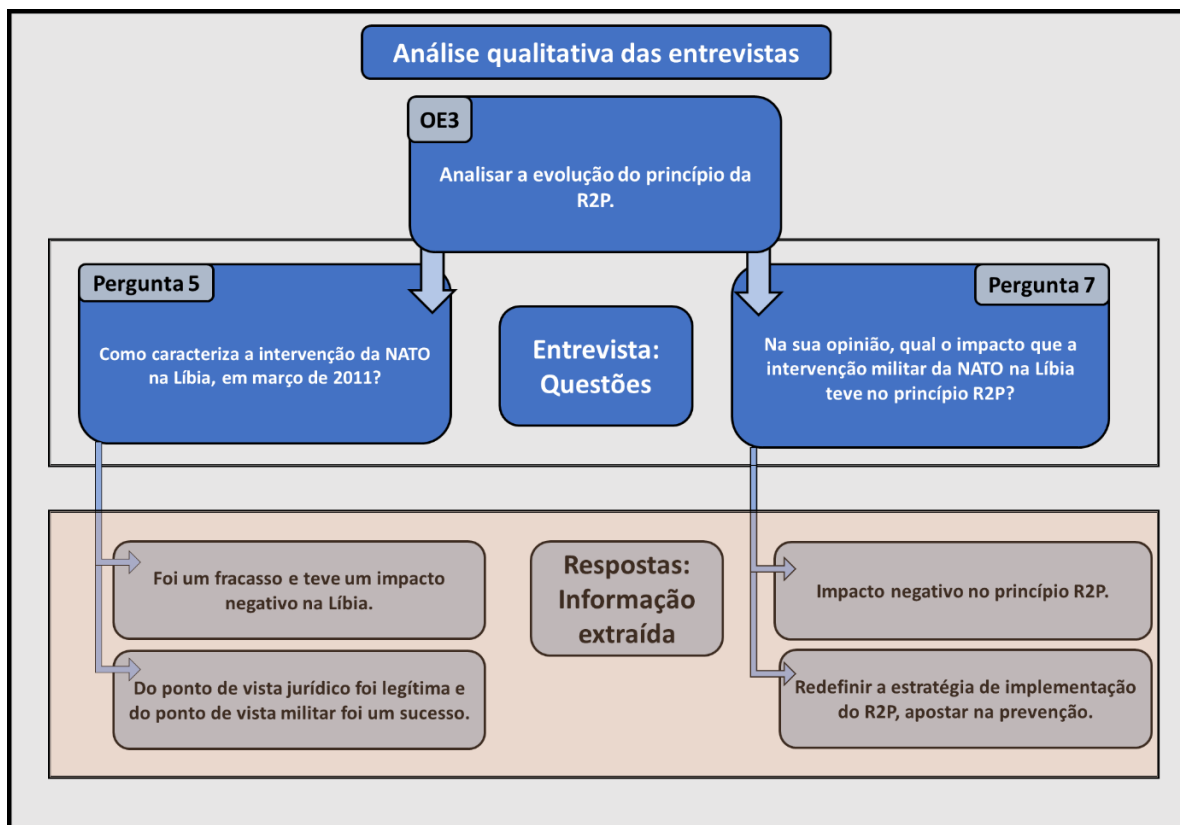


Figura 12 – Análise das entrevistas (OE3)

6.3. Síntese conclusiva

Neste capítulo, efetuou-se um breve enquadramento do conflito latente na Líbia, com origem na Primavera Árabe, caracterizando cronologicamente o contexto político e social.

Ao abrigo da R2P, a intervenção da NATO foi analisada à luz dos três pilares e dos critérios para o uso da força, observando-se que esta intervenção constituiu um retrocesso na aplicação da R2P, por força do desvio identificado entre os fundamentos do princípio e a sua aplicação, neste caso em concreto, fragilizando o paradigma.

7. Conclusões

Desde a implementação, em 1949, da DUDH, que a salvaguarda dos DH tem sido uma preocupação global, como tal, o objetivo do presente estudo, ancorado num tema tão complexo e emergente, não poderia revestir-se da maior importância.

Não obstante possuírem um carácter universal, observa-se que os mecanismos de proteção dos Direitos consagrados na Declaração, têm sido um dos maiores pontos de discussão na CI. O desrespeito desses mesmos Direitos e a inépcia dos Estados em proteger o seu povo, tem originado inúmeros conflitos intraestatais, resolvidos muitas vezes através de intervenções humanitária, onde se recorre ao uso da força.

Nestes termos, importa compreender os mecanismos existentes que possibilitam uma intervenção militar; analisar as situações de ingerência humanitária e o próprio princípio da R2P, bem como os respetivos limites de atuação, olhando ao caso da intervenção da NATO na Líbia. E assim, chega-se ao tema da presente investigação: analisar a aplicabilidade do princípio da R2P como garante dos DH e propósito para uma intervenção militar: o OG deste estudo.

Atente-se que, no decurso deste estudo, o tema foi abordado numa perspetiva *jus ad bellum*, de forma a analisar a aplicação da R2P como a solução apresentada por parte da CI, para salvaguardar a violação dos DH e evitar crimes contra a humanidade. O OG foi decomposto em três OE, designadamente: i) OE1, referente à análise do uso da força e a ingerência humanitária em contexto internacional – quarto capítulo; ii) OE2, no qual se analisou a evolução do princípio da R2P – quinto capítulo; e iii) OE3, atinente à análise da intervenção da NATO na Líbia, atento ao princípio da R2P – sexto capítulo. Cada um dos OE correspondeu a uma QD, respondida em cada um dos capítulos ora mencionados.

Relativamente à metodologia empregue, seguiu-se uma orientação focalizada a montante, numa análise conceptual robusta e de encontro aos documentos estruturantes, no seio da proteção dos DH e uso da força, a nível internacional - desde o final da IIGM e com particular interesse, desde 2001, aquando da apresentação do relatório R2P pela CIISE, para a jusante, cruzá-los com a intervenção da NATO na Líbia. Neste âmbito, considerando a organização metodológica, consubstanciada em um método de investigação qualitativo, recorreu-se a técnicas de recolha documentais clássicas e realização de cinco entrevistas semiestruturadas, permitindo orientar e enriquecer o presente estudo.

Considerando a QD1 - Em que situações pode ser utilizada a Força, com o propósito de salvaguardar os DH?: foi analisado o uso da força em contexto internacional, observando-



se que, a regra geral, é a sua proibição como fonte de resolução dos conflitos e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, conforme plasmado na CNU. Deste princípio, decorrem duas exceções à regra, designadamente, nos casos de Ldf ou mediante autorização do CS. Releva-se o papel regulador do CS, como órgão que pode legitimar uma intervenção armada fora do contexto de Ldf, sendo que, neste âmbito, destaca-se a possibilidade de veto atribuída aos P5 como determinantes na avaliação, legitimação e aplicação do uso da força. Foi identificado um vazio legal em relação à IH sem autorização do CS, agravado com o final da GF e dissolução do mundo bipolar, assistindo-se a um escalar de intervenção deste âmbito, que atinge o seu pináculo com a intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, à revelia do CS.

Considerando a QD2 - Qual foi a evolução do princípio da R2P?: foi analisado o processo de implementação do princípio R2P como resposta para a regulação das intervenções humanitárias. No relatório da CIISE (2001), foi apresentado o Relatório R2P, assente em três pilares sequenciais: a responsabilidade de prevenir, reagir e reconstruir, em que o primeiro se reveste de particular importância, sobre o qual os restantes dois pilares se desenvolvem. No Relatório foram ainda elencados seis critérios reguladores, nos casos em que a utilização da força se mostra como indispensável, realçando-se as alternativas apontadas nos casos de impasse por parte do CS. Após um intenso período de debate que durou até 2005, a norma foi finalmente implementada pela ONU, no entanto, com significativas diferenças em relação ao projeto inicial. Atente-se à reafirmação da exclusividade do CS e respetivo poder deliberativo, no que concerne ao uso da força, o aumentar de graduação na justa causa, limitando as intervenções e a eliminação do caráter sequencial dos respetivos pilares.

Considerando a QD3 - Qual foi o impacto que a intervenção na Líbia teve na aplicação do princípio da R2P?: a intervenção foi analisada à luz dos três pilares e dos seis critérios para o uso da força, que decorrem da R2P. Observou-se que esta intervenção constituiu um retrocesso na aplicação do R2P, por força do desvio identificado entre os fundamentos e a sua aplicação, tal como a evolução do conflito nos dez anos subsequentes à intervenção.

Infere-se, no que concerne ao OG - Analisar a aplicabilidade do princípio da R2P como garante dos DH e propósito para uma intervenção militar: que o uso da força, com propósitos humanitários, deverá constituir sempre o último recurso (atente-se aos vários exemplos de ingerência humanitária ocorridos durante a década de 90, caracterizados neste estudo, com motivações dúbias e graves consequências).



O princípio da R2P surge desse contexto, com o desiderato de regular as intervenções militares desta natureza, tendo atingido a sua plenitude em 2009. Por conseguinte, ao abrigo da R2P, foram definidos seis critérios reguladores para o uso da força com propósitos humanitários, são eles: a intenção correta, a justa causa, o uso de meios proporcionais e a autoridade exclusiva por parte do CS, bem como, o acervo de crimes a proteger.

Uma intervenção recorrendo a meios militares comporta, todavia, uma grande responsabilidade e riscos associados, tal como percecionado no caso Líbio, em que a bem-sucedida ação militar da NATO, acabou associada a uma mudança de regime demasiado ostensiva e ao fracasso na implementação da R2P, principalmente no apoio e reconstrução do país no pós-conflito.

Os conflitos sucedâneos, tal como o caso Sírio, são reflexo do impacto negativo que a intervenção provocou. Neste contexto, não obstante as motivações políticas inerentes a qualquer conflito, a R2P foi implementada com o objetivo de clarificar as ingerências humanitárias e não para servir de justificação para mudanças de regimes forçadas e democratização dos Estados.

Poder-se-ão apontar como condicionantes do presente trabalho, a dicotomia entre as decisões políticas e os fundamentos que decorrem da aplicação da R2P como justificação para uma intervenção militar, que dificultam a assunção de critérios objetivos para regular o uso da força com propósitos humanitários.

Perante o exposto, considera-se pertinente, para estudos futuros, analisar a utilização da força ao abrigo da R2P, na perspetiva de como a intervenção armada é conduzida, de acordo com o Direito Internacional Humanitário: *jus in bello*.



Referências bibliográficas

- Abomo, P. (2019). *R2P and the US Intervention in Libya*. Sion: Palgrave Macmillan.
- Alcântara, J. (2011). *A Responsabilidade de Proteger e a Possibilidade de Uso da Força sem a Autorização do Conselho de Segurança* (Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas Internacionais). Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [FDL], Lisboa).
- Aliboni, R., Salem, H. Ben, & Sagezli, M. El. (2017). *Conflict in libya: a multidimensional crisis*. Barcelona: European Institute of the Mediterranean and the Med Think 5+5 Network.
- Aljazeera (2011). Fresh violence rages in Libya. [Página online] Retirado de <https://www.aljazeera.com/news/2011/2/22/fresh-violence-rages-in-libya>.
- Ayoob, M. (2002). Humanitarian Intervention and State Sovereignty. *The International Journal of Human Rights*, 6(1), 81-102.
- Badescu, C. G. (2011). *Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect Security and human rights*. Nova Iorque: Routledge.
- BBC (2016). President Obama: Libya aftermath “worst mistake” of presidency. [Página online] Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-36013703>.
- Bellamy, A. (2009). *Responsibility to Protect: the global effort to end mass atrocities*. Cambridge: Polity.
- Bellamy, A. J., & Williams, P. D. (2011). The new politics of protection ? Côte d ’ Ivoire , Libya and the responsibility to protect. *Interrnational Affairs*, 87(4), 825–850.
- Blanchard, C. M. (2020). *Libya : Conflict , Transition , and U . S . Policy*. Washington, D.C: Congressional Research Service.
- Breau, S. (2016). *The Responsibility to Protect in International Law*. Nova Iorque: Routledge.
- Britannica (2020). Libya: History, People, Map, & Government. [Página online] Retirado de <https://www.britannica.com/place/Libya>.
- Brito, W. (2018). Responsabilidade de Proteger: uma resposta polémica aos problemas e exigências da assistência humanitária. Em: Duarte.M.L, Lanceiro, R.T, *O Direito Internacional e o uso da força em no Século XXI* (pp. 99-124). Lisboa: AAFDL.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4.ªEd.). Oxford: Oxford University Press.
- CIISE (2001). *The responsibility to protect*. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. Ottawa: International Development Research



Centre.

Clausewitz, C. von. (1873). *On War, tradução do Coronel J.J.Graham* (Ed. original 1832).

Londres: N. Trübner.

Cooper, R. (2006). *Ordem e Caos no Século XXI* (Ed. Original). Lisboa: Editorial Presença.

Dallari, D. (1983). *Elementos de Teoria Geral do Estado* (10^a ed). São Paulo:Saraiva.

Duarte, F. de A. (2018). Algumas reflexões teóricas e práticas sobre a responsabilidade de proteger: motivações, admissibilidade e autoridade. Em: Duarte.M.L, Lanceiro, R.T, *O Direito Internacional e o uso da força em no Século XXI* (pp. 153-188). Lisboa: AAFDL.

Evans, G. (2008). The Responsibility to Protect : An Idea Whose Time Has Come ... and Gone ?. *International Relations*, 22(3), 283–298.

Gertler, J. (2011). *Operation Odyssey Dawn (Libya): Background and Issues for Congress*. Washington, D.C: Congressional Research Service.

Gray, C. (2008). *International Law and the Use of Force* (4.^a Ed.). Oxford: Oxford University Press.

Halt, B. (2012). The Legal Character of R2P and the UN Charter. *E-Relations*, 1–10. Retirado de <https://www.e-ir.info/2012/08/08/the-legal-basis-of-the-responsibility-to-protect/>.

Henriksen, D., & Larssen, A. (2016). *Political Rationale and International Consequences of the War in Libya*. Oxford: Oxford University Press.

Hoffmann, S.-L. (2011). *Human Rights in the Twentieth Century*. Nova York: Cambridge University Press.

Holzgrefe, J. I. (2003). *The Humanitarian Intervention: Ethical, Legal and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jerónimo, P. (2001). *Os Direitos do Homem à Escala das Civilizações - Proposta de Análise a partir do Confronto dos Modelos Ocidental e Islâmico*. Lisboa: Almedina.

Joffé, G. (2011). A Primavera Árabe no Norte de África origens e perspectivas de futuro. *Relações Internacionais*, 30, 85–116.

Keohane, R. (2003). *Political Authority after Intervention*. Cambridge: University Press.

Kotzias, P. (2001). *A erosão da soberania e a teoria das Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey.

Lano, A. (2019). A destruição da Líbia e a questão dos migrantes e refugiados. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(4), 28-42.



- Lobo, A. C. (2015). As Nações Unidas e os direitos humanos. *Relações Internacionais*, 47, 75–83.
- Lorena, S. (2021). Mundo Série Dez anos das Primaveras Árabes: Os líbios precisam de “abrir as feridas.”. *Público*, 11235(Ed. Lisboa), 32-33.
- Monteiro, J. P. (2012). Direitos Humanos no Tempo e no espaço. *Relações Internacionais*, 33, 137-142.
- Morais, C. B. de. (2018). O Direito ao Uso da força pelos estados em tempos de unilateralismo multipolar. Em: Duarte.M.L, Lanceiro, R.T, *O Direito Internacional e o uso da força em no Século XXI* (pp. 41-98). Lisboa: AAFDL.
- Morsink, J. (1999). *The Universal Declaration of Human Rights -Origins, Drafting, and Intent*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Tratado do Atlântico Norte, de 04 de abril. (1949). *Documento fundador do Tratado do Atlântico Norte*. Washington D.C.:NATO.
- MC 0372/2. *NATO Military Policy for Non-Article 5 Crisis Response Operations*. Bruxelas: NATO.
- NATO (2020). NATO Mission. [Página online] Retirado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20190925_What_is_NATO_por_20190808_LD.pdf.
- Neves, M. S. (2021). Doutrina da intervenção humanitária. *Preleção no âmbito da Unidade Curricular de Direito Internacional Público do CEMC*. Organizado pelo Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- O’Sullivan, S. (2018). *Military Intervention in the Middle East and North Africa*. Londres: Routledge.
- Oliveira, R. S. de. (2009). A África desde o fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais*, 24, 93–114.
- Resolução n.º A/Res/25/2625 de 24 de outubro. (1970). *Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional relativos às Relações Amistosas e à Cooperação entre Estados, em conformidade com a CNU*. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- Resolução n.º 3314 de 14 de dezembro. (1974). Anexo à Definição de Agressão. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- Resolução n.º A/Res/55/2 de 18 de setembro. (2000). *The Millennium Assembly of the United Nations*. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- Resolução n.º 1973/CS de 17 de março. (2011) (testimony of ONU). *Resolução do CS sobre*



- asituação na Líbia*. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- ONU (2014). *Framework of Analysis for Atrocity Crimes: A tool for prevention*. Nova Iorque: Gabinete da ONU para a prevenção do Genocídio e R2P.
- ONU (2020). What are human rights?. [Página online] Retirado de <https://www.ohchr.org/en/issues/pages/whatarehumanrights.aspx>.
- Paris, R. (2014). The ‘responsibility to protect’ and the structural problems of preventive humanitarian intervention. *International Peacekeeping*, 21(5), 569–603.
- Pattison, J. (2010). *Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect, Who Should Intervene?*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Paulo, J. S. (2008). O Uso Preventivo da Força. *Nação e Defesa*, 120(3.^a Série), 27–49.
- Pereira, M. A. do V. (2014). *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pereira, V. (2018). *A (I)Legitimidade das Intervenções humanitárias no pós guerra fria* (Issue I). (Tese de dissertação de Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra [FDUC], Coimbra.
- Pureza, J. M. (2012). As ambiguidades da responsabilidade de proteger : o caso da Líbia The ambiguities of the responsibility to protect : Libya ’ s case. *Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 7, 3–19.
- Resolução n.º A/63/677 de 12 de janeiro. (2009). *Implementing the responsibility to protect*. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- Resolução n.º 217A (III) de 10 de dezembro. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução n.º A/RES/60/1 de 24 de outubro de 2005. (2005). *2005 World Summit Outcome - Global Centre for the Responsibility to Protect*. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU.
- Ribeiro, M. A. (2018). A ONU e o uso da força pelos Estados: Da Letra da Carta aos novos desafios do Século XXI. Em: Duarte.M.L, Lanceiro, R.T, *O Direito Internacional e o uso da força em no Século XXI* (pp. 455-478). Lisboa: AAFDL.
- Santos, C. (2019). *A CIA em Portugal entre 1960 e 1974: o olhar americano*. (Tese de dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto [FLUP], Porto.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (2019). *Cadernos do IUM N.º 8 - Orientações metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.^a ed.). Lisboa:



Instituto Universitário Militar.

- Santos, S. (2012). O uso da força no direito internacional e os desafios ao paradigma onusiano. *Revista Da Faculdade de Direito Da Universidade Federal de Minas Gerais*, 61, 533–568.
- Sensini, P. (2011). *Libia 2011*. Foligno: Jaka Books.
- Silva, M. G. C. e. (2014). *Segurança Humana , Responsabilidade de Proteger e Direito Internacional : O caso de intervenção na Líbia*. (Tese de dissertação de Mestrado Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Minho [UM]. Braga.
- Souza, G.(2012). Responsabilidade de Proteger e sua “Responsabilidade de reagir”: Nova Modalidade de Intervenção Militar. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 17(2), 153–166.
- UNHCR (2020). Internally Displaced People. [Página online] Retirado de <https://www.unhcr.org/internally-displaced-people.html>.
- Vandewalle, D. (2012). *A history of modern libya*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Viana, J. S. L. P. (2014). *A União Europeia e a responsabilidade de proteger : discurso e acção*. (Tese de dissertação de Mestrado Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Minho [UM]. Braga.
- Vilelas, J. (2017). *Investigação, o processo de construção do conhecimento* (2ª edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ware, B. R. (2018). *Libya : the consequences of a failed state*. Londres: House of Commons Library.
- Wolfram Lacher. (2020). *Libya’s Fragmentation Structure: Structure and Process in Violent Conflict*. Londres: I.B.Tauris.



Anexo A – Parágrafos 138 e 139 com referência à R2P no *World Summit* da ONU

Conforme o documento original (Resolução n.º A/RES/60/1 de 24 de outubro de 2005, 2005) (nossa tradução):

“(…)

Documento Final da Cimeira Mundial de 2005

Parágrafos sobre a Responsabilidade de Proteger

138. Cada Estado individualmente tem a responsabilidade de proteger as suas populações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Esta responsabilidade implica a prevenção de tais crimes, incluindo o seu incitamento, através de meios apropriados e necessários. Aceitamos essa responsabilidade e agiremos em conformidade com ela. A comunidade internacional deverá, conforme apropriado, encorajar e ajudar os Estados a exercer esta responsabilidade e apoiar as Nações Unidas no estabelecimento de uma capacidade de alerta precoce.

139. A comunidade internacional, através das Nações Unidas, também tem a responsabilidade de utilizar meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos apropriados, em conformidade com os Capítulos VI e VIII da Carta, para ajudar a proteger as populações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Neste contexto, estamos preparados para tomar medidas coletivas, de forma atempada e decisiva, através do Conselho de Segurança, em conformidade com a Carta, incluindo o Capítulo VII, numa base casuística e em cooperação com organizações regionais relevantes, se os meios pacíficos forem inadequados e as autoridades nacionais não conseguirem manifestamente proteger as suas populações de genocídio, crimes de guerra, depuração étnica e crimes contra a humanidade. Sublinhamos a necessidade de a Assembleia Geral continuar a considerar a responsabilidade de proteger as populações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e suas implicações, tendo em conta os princípios da Carta e do direito internacional. Pretendemos igualmente comprometer-nos, conforme necessário e apropriado, a ajudar os Estados a criar capacidade para proteger as suas populações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e a ajudar aqueles que se encontram sob tensão antes que surjam crises e conflitos.

140. Apoiamos plenamente a missão do Conselheiro Especial do Secretário-Geral para a Prevenção de Genocídios (...)."



Anexo B – Relatório n.º A/63/677, de 12 de janeiro de 2009, do SGNU

Conforme o documento original (Relatório n.º A/63/677 de 12 de janeiro, 2009, pp. 1–9) (nossa tradução):

“(…)

Implementar a responsabilidade de proteger

Resumo

O presente relatório responde a um dos desafios cardeais do nosso tempo, tal como foi apresentado nos parágrafos 138 e 139 do Resultado da Cimeira Mundial de 2005: operacionalizar a responsabilidade de proteger (amplamente referido como "RtoP" ou "R2P" em inglês). Os Chefes de Estado e de Governo afirmaram unanimemente na Cimeira que "cada Estado tem a responsabilidade de proteger as suas populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade". Concordaram também que a comunidade internacional deveria ajudar os Estados no exercício dessa responsabilidade e na construção das suas capacidades de proteção. No entanto, quando um Estado "falhou manifestamente" em proteger a sua população dos quatro crimes e violações especificados, confirmaram que a comunidade internacional estava preparada para empreender uma ação coletiva "atempada e decisiva" através do Conselho de Segurança e em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Como o presente relatório sublinha, a melhor forma de desencorajar os Estados ou grupos de Estados de usarem indevidamente a responsabilidade de proteger para fins impróprios seria desenvolver plenamente a estratégia, normas, processos, instrumentos e práticas das Nações Unidas para a responsabilidade de proteger. Este mandato e o seu contexto histórico, jurídico e político são abordados na secção I do presente relatório. (...)

11. As disposições dos parágrafos 138 e 139 dos Resultados da Cimeira sugerem que a responsabilidade de proteger recai sobre os três pilares seguintes:

Pilar um

As responsabilidades de proteção do Estado

(a) O primeiro pilar é a responsabilidade permanente do Estado de proteger as suas populações, nacionais ou não, de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, e do seu incitamento. Este último, sublinho, é fundamental para estratégias de prevenção eficazes e oportunas. A declaração dos Chefes de Estado e de Governo no parágrafo 138 do Resultado da Cimeira de que "aceitamos essa responsabilidade e agiremos



de acordo com ela" é a base da responsabilidade de proteger. Essa responsabilidade, afirmaram eles, cabe em primeiro lugar e acima de tudo ao Estado. A responsabilidade deriva tanto da natureza da soberania do Estado como das obrigações legais pré-existentes e contínuas dos Estados, e não apenas do enunciado relativamente recente e da aceitação da responsabilidade de proteger;

Segundo pilar

Assistência internacional e desenvolvimento de capacidades

(b) O segundo pilar é o compromisso da comunidade internacional de ajudar

Estados no cumprimento dessas obrigações. Procura recorrer à cooperação dos Estados Membros, dos acordos regionais e sub-regionais, da sociedade civil e do sector privado, bem como às forças institucionais e vantagens comparativas do sistema das Nações Unidas. Demasiadas vezes ignorado tanto pelos especialistas como pelos decisores políticos, o segundo pilar é fundamental para forjar uma política, procedimento e prática que possa ser consistentemente aplicada e amplamente apoiada. A prevenção, baseada nos pilares um e dois, é um ingrediente chave para uma estratégia bem-sucedida de responsabilidade de proteger

Terceiro pilar

Resposta atempada e decisiva

(c) O terceiro pilar é da responsabilidade dos Estados-membros responderem coletivamente de forma atempada e decisiva quando um Estado não está manifestamente a proporcionar tal proteção. Embora amplamente discutido, o terceiro pilar é geralmente entendido de forma demasiado restrita. Como demonstrado pelos bem-sucedidos esforços bilaterais, regionais e globais para evitar mais derramamento de sangue no início de 2008 na sequência das eleições disputadas no Quênia, se a comunidade internacional agir suficientemente cedo, a escolha não precisa de ser difícil entre não fazer nada ou usar a força. Uma resposta fundamentada, calibrada e atempada poderia envolver qualquer um dos vastos instrumentos à disposição das Nações Unidas e dos seus parceiros. Estes incluiriam medidas pacíficas ao abrigo do Capítulo VI da Carta, medidas coercivas ao abrigo do Capítulo VII e/ou colaboração com acordos regionais e sub-regionais ao abrigo do Capítulo VIII. O processo de determinação da melhor linha de ação, bem como a sua implementação, deve respeitar plenamente as disposições, princípios e objetivos da Carta. Em conformidade com a Carta, as medidas ao abrigo do Capítulo VII devem ser autorizadas pelo Conselho de Segurança. A Assembleia Geral pode exercer uma série de funções relacionadas nos termos dos artigos 10 a 14, bem



como no âmbito do processo "Unir-se para a paz" estabelecido na sua resolução 377 (V). Os Capítulos VI e VIII especificam uma vasta gama de medidas pacíficas que têm sido tradicionalmente executadas quer por órgãos intergovernamentais quer pelo Secretário-Geral. Seja como for, a chave do sucesso reside numa resposta precoce e flexível, adaptada às necessidades específicas de cada situação. (...)”.



Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 1 – Modelo de Análise

TEMA		A NATO e os Direitos Humanos - O princípio da Responsabilidade de Proteger como propósito para a intervenção militar.					
Objetivo Geral		Analisar a aplicabilidade do princípio da R2P como garante dos DH e propósito para uma intervenção militar.					
Questão Central		Em que termos pode realizar-se uma intervenção militar ao abrigo da R2P para salvaguardar os DH?					
Objetivos Específicos		Questões Derivadas		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados
OE 1	Analisar o uso da força e a ingerência humanitária em contexto internacional.	QD 1	Em que situações pode ser utilizada a Força, com o propósito de salvaguardar os DH?	Uso da Força DH NATO	Ordem jurídica internacional Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i>	Normativos internacionais de DH DUDH Resoluções, Convenções, Relatórios Internacionais da ONU	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas
OE 2	Analisar a evolução do princípio da R2P.	QD 2	Qual foi a evolução do princípio de R2P?	R2P	Ordem jurídica internacional Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i>	Resoluções, Convenções, Relatórios da ONU/NATO	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas
OE 3	Analisar a intervenção da NATO na Líbia, atento ao princípio da R2P.	QD 3	Qual foi o impacto que a intervenção na Líbia teve na aplicação do princípio da R2P?	NATO R2P DH Líbia	Ordem jurídica internacional Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i> Organizações/ Estados	Resoluções, Convenções, Relatórios da ONU/NATO	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas



Apêndice B – Guião da entrevista

Quadro 2 – Guião da Entrevista

INTRODUÇÃO		
No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021, surgiu a necessidade de realizar uma entrevista destinada a apoiar uma investigação dedicada ao tema “A NATO e os Direitos Humanos - O princípio da Responsabilidade de Proteger como propósito para a intervenção militar”, e cujo o objetivo geral da investigação é analisar a aplicabilidade do princípio da R2P como garante dos DH e propósito para uma intervenção militar.		
Problemática	Dimensão	Perguntas
Analisar o uso da força e a ingerência humanitária em contexto internacional.	Ordem jurídica internacional	1. Considera o formato atual da ONU e, em concreto, do Conselho de Segurança, o ideal para garantir eficazmente a proteção dos direitos humanos a nível global?
	Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i>	2. Como podem os civis ser protegidos dos seus próprios governos?
Analisar a evolução do princípio da R2P	Ordem jurídica internacional	3. Considerando a origem do princípio R2P e sua evolução conceptual nos últimos quinze anos, a discussão permanece. Como não interferir nos assuntos internos desse Estado, quando a mudança de regime parece ser a única solução?
	Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i>	4. Quais são, na sua opinião, os desafios futuros para princípio da R2P?
Analisar a intervenção da NATO na Líbia, atento ao princípio da R2P	Ordem jurídica internacional	5. Como caracteriza a intervenção da NATO na Líbia, em março de 2011?
	Numa perspetiva <i>Jus ad bellum</i>	6. Considera legítima uma intervenção militar num país em plena guerra civil, ao abrigo do princípio “responsabilidade de proteger” (norma que protege os direitos humanos)?
	Organizações e Estados (Líbia)	7. Na sua opinião, qual o impacto que a intervenção militar da NATO na Líbia teve no princípio R2P?



Apêndice C – Identificação dos entrevistados

Quadro 3 – Identificação dos entrevistados

N.º	Identificação	Função	Data	Canal
E1	Doutor Miguel Santos Neves	Professor Catedrático, especialista na área de DIP	15 de abril de 2021	Via Microsoft Teams
E2	Doutora Ana Rita Gil	Professora Catedrática, especialista na área dos DH	05 de abril de 2021	Via Microsoft Teams
E3	Brigadeiro-General Vittorio Stella	Atual Chefe da Célula de Planeamento da delegação da União Europeia na Líbia	01 de maio de 2021	Resposta às questões via e-mail
E4	José Manuel Rosendo	Jornalista da RTP, presente na Líbia durante a intervenção NATO, em 2011	22 de março 2021	Via Microsoft Teams
E5	Luís Castro	Jornalista da RTP, presente na Líbia durante a intervenção NATO, em 2011	13 de abril de 2021	Via Microsoft Teams



Apêndice D – Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta

Quadro 4 – Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta

	Segmentos de Resposta	Especialistas					T
		E1	E2	E3	E4	E5	
Questão n.º 1 (...) Considera o formato atual da ONU e, em concreto, do Conselho de Segurança, o ideal para garantir eficazmente a proteção dos direitos humanos a nível global?	1.1 Considera o formato o ideal	x					1
	1.2 Não considera o formato o ideal			x			1
	1.3 O problema é a composição dos P5	x					1
	1.4 O problema é o direito de veto dos P5		x				1
	1.5 O monopólio do uso da força deve residir no CS	x					1
	1.6 O monopólio do uso da força não deve residir no CS						-
	1.7 Equacionar alternativas quando existe um impasse no CS	x	x				2
Questão n.º 2 (...) Como podem os civis ser protegidos dos seus próprios governos?	2.1 Através do uso da força						-
	2.2 Através da aplicação de medidas não coercivas: sanções		x				1
	2.3 Através de julgamentos desencadeados pelo TPI	x	x				2
	2.4 Através de medidas preventivas: vigilância, recomendações, declarações		x		x	x	3
Questão n.º 3 (...) Considerando a origem do princípio R2P e sua evolução conceptual nos últimos quinze anos, a discussão permanece. Como não interferir nos assuntos internos desse Estado, quando a mudança de regime parece ser a única solução?	3.1 Mudança de regime é a única forma			x			1
	3.2 Mudança de regime é uma consequência da intervenção						-
	3.3 Mudança de regime não deve ser a razão principal da intervenção	x				x	2
	3.4 A intervenção pelo uso da força deve ser o último recurso	x					1
	3.5 A melhor forma será através do 2º pilar do R2P (auxiliar a o Estado a cumprir com as suas responsabilidades)					x	1
Questão n.º 4 (...) Quais são, na sua opinião, os desafios futuros para princípio da R2P?	4.1 Recuperar a credibilidade após o falhanço da intervenção da NATO		x				1
	4.2 Estabelecer ligações entre os 3 pilares: prevenir, reagir e reconstruir, numa lógica sequencial	x	x			x	3
	4.3 Definir melhor o limiar do <i>JustCT</i>	x		x			2
	4.4 Atualizar a listagem dos <i>mass atrocity crimes</i>	x					1
	4.5 Reforçar o 1º Pilar do R2P, a prevenção	x					1



Questão n.º 5 (...) Como caracteriza a intervenção da NATO na Líbia, em março de 2011?	5.1 Do ponto de vista jurídico foi legítima	x	x				2
	5.2 Do ponto de vista militar foi um sucesso	x			x		2
	5.3 Foi um fracasso e teve um impacto negativo na Líbia		x	x		x	3
	5.4 Foram utilizados meios desproporcionais					x	1
Questão n.º 6 (...) Considera legítima uma intervenção militar num país em plena guerra civil, ao abrigo do princípio “responsabilidade de proteger” (norma que protege os direitos humanos)?	6.1 Não se pode considerar legítima					x	1
	6.2 A intervenção é legítima	x	x	x	x		4
	6.3 Depende do nível de força utilizado						-
Questão n.º 7 (...) Na sua opinião, qual o impacto que a intervenção militar da NATO na Líbia teve no princípio R2P?	7.1 Impacto negativo no princípio R2P	x			x	x	3
	7.2 Impacto positivo no princípio R2P		x				1
	7.3 Redefinir a estratégia de implementação do R2P, apostar na prevenção	x	x	x	x	x	5
	7.4 Perda de legitimação política ~	x					1



Apêndice E – Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados

Quadro 5 – Excertos das Entrevistas e Segmentos de resposta identificados

N.º	Excerto da Resposta – Académicos e Militares com conhecimento específico na área em estudo	Segmento Identificado
Pergunta n.º 1		
(...) Considera o formato atual da ONU e, em concreto, do Conselho de Segurança, o ideal para garantir eficazmente a proteção dos direitos humanos a nível global?		
E1	“(...) opera essencialmente tendo por base o seu “Sistema Estratégico de Informação” (SEI). (...) foram implementados procedimentos (aplicável a todos o efetivo, incluindo os polícias afetos aos CCPAs e GOPSP/SIRENE, p. ex.) que visam centralizar a troca de informação da PSP (...) garante o desejado equilíbrio entre “controlo”, “celeridade” e “qualidade de dados/informação”. (...) Estes procedimentos vigoram há mais de uma década (...) foi a forma da PSP dar cumprimentos à Lei 54/2009 (...) instalação da adequada plataforma de “sistemas de informação e comunicação, evitando-se troca de informação via correio eletrónico por. ex. (...)”	1.1
		1.3
		1.5
		1.7
E2	“(...) deveriam ser constituídos mecanismos para ultrapassar o veto, nomeadamente, através da Assembleia Geral. Os mecanismos ainda não estão muito claros.”	1.4 1.7
E3	“A proteção dos direitos humanos não pode ser garantida por um organismo que responda unicamente à vontade e aos interesses/compromissos específicos dos/entre os membros do CS.”	1.2
Pergunta n.º 2		
(...) Como podem os civis ser protegidos dos seus próprios governos?		
E1	“(...)na perspetiva do R2P nem todas as violações dos direitos humanos estão especificamente previstas na norma, que são os mass atrocity crimes. Os últimos correspondem aos crimes previstos ao Estatuto de Roma (TPI). E também aqui é duvidoso que isso cubra todas as intervenções onde isso é necessário, por exemplo, hoje na Líbia, algumas das milícias têm sido acusadas de serem especialmente responsáveis por violações graves associadas ao tráfico humano e à exploração dos migrantes e requerentes de asilo que se encontram na Líbia, há estimativas entre 500 a 600 mil pessoas. E o próprio TPI pretende responsabilizar alguns líderes destes grupos.”	2.3
E2	“A primeira forma de proteger as pessoas está nas convenções assinadas pelos Estados (...) não se pode partir para uma intervenção bilateral estadual, sem esgotar primeiro todos os recursos legítimos.”	2.2 2.3 2.4
E3	-	-
Pergunta n.º 3		
(...) Considerando a origem do princípio R2P e sua evolução conceptual nos últimos quinze anos, a discussão permanece. Como não interferir nos assuntos internos desse Estado, quando a mudança de regime parece ser a única solução?		
E1	“(...) a Líbia é um caso em como a força não foi usada como última solução, mas sim, usada de forma prematura, sem que tivessem sido exploradas outras soluções de natureza diplomática ou de aplicação de sanções (...)A questão da mudança de regime não está objetivada pelo R2P“	3.3 3.4
E2	-	-
E3	“A mudança de regime per se já está deliberadamente a ter impacto nos assuntos internos de um Estado, e limitando qualquer intervenção militar à simples	3.1



	<i>aplicabilidade de um poder tecnológico superior sem prever a saída para um estado final positivo demonstra uma mentalidade criminosa limitada desde o seu início.”</i>	
Pergunta n.º 4		
(…) Quais são, na sua opinião, os desafios futuros para princípio da R2P?		
E1	<i>“Um dos desafios do R2P é a sua adaptação a novas realidades, a ampliação do âmbito e, de facto, sobretudo, depois o problema da efetiva implementação e dos resultados (…) O outro desafio evidente é, não só o reforço efetivo e uma responsabilidade de prevenir, mas estabelecer as adequadas ligações entre prevenir, reagir e reconstruir, numa lógica sequencial (…) O tráfico humano em grande escala não é, em si, um mass atrocity crime, mas é um problema em grande escala, dos que estão previstos; mas é um problema sério, de grande escala, e que obviamente deverá justificar uma intervenção ao abrigo do R2P, se ela for necessária (…) toda a intervenção na Líbia está centrada na Responsabilidade de Reagir! A responsabilidade de reconstruir não existe e há problemas com a responsabilidade de prevenir (…) Outro requisito violado, no caso da Líbia, foi o “Just Cause Threshold.”</i>	4.2 4.3 4.4 4.5
E2	<i>“ (…) arranjar uma forma de legitimação. Que dê segurança empírica aos Estados dos dois lados, ou seja, criar um instrumento jurídico que diga claramente quais os direitos etc., que especifique os casos em concreto para intervenção (…) saber muito bem quais os passos a percorrer, e isso tem de ser muito bem regulado. Sem dúvida que o maior desafio é fazer com que alguns Estados cumpram e não procedam a intervenções unilaterais à margem das NU e do CS. Importa criar as normas, os procedimentos, etc. e garantir que estes Estados se vinculem. (…) ”</i>	4.1 4.2
E3	<i>“A direção dos esforços de segurança/militar para as realizações específicas dos objetivos relacionados com os direitos humanos. Como identificar e dar prioridade a esses objetivos relacionados com os direitos humanos é outro desafio per se.”</i>	4.3
Pergunta n.º 5		
(…) Como caracteriza a intervenção da NATO na Líbia, em março de 2011?		
E1	<i>“Do ponto de vista formal, do fundamento para a intervenção, ela é legítima à luz do DI, pois tem como suporte uma resolução do Conselho de Segurança (…) caracterizado como um caso de insucesso e de falha da implementação R2P (…)”</i>	5.1 5.3
E2	<i>“as falhas da intervenção na Líbia serviram de argumentos para que a Rússia e a China bloqueassem o Conselho de Segurança para o caso da Síria, através do veto, por entenderem que os EUA e os seus aliados o que pretendiam era uma mudança de regime, sempre que um regime não lhes é favorável aos seus interesses, ao invés da salvaguarda dos DH. A interferência entre os dois processos é significativo. No caso da Síria, há uma violação ainda mais dramática do R2P, do falhanço do R2P, porque aí tínhamos todas as condições.”</i>	5.1 5.3
E3	<i>“Uma campanha militar simplificada orientada para alcançar objetivos operacionais sem os enquadrar num plano estratégico capaz de salvaguardar interesses vitais.”</i>	5.3
Pergunta n.º 6		
(…) Considera legítima uma intervenção militar num país em plena guerra civil, ao abrigo do princípio “responsabilidade de proteger” (norma que protege os direitos humanos)?		
E1	<i>“temos uma base de intervenção legítima, contrariamente ao que aconteceu no Kosovo, e isto responde a um dos mecanismos essenciais do R2P, que aliás decorre do relatório de 2001.”</i>	6.2
E2	<i>“Uma intervenção militar por violação dos DH é mais fácil de aceitar, que uma intervenção para mudança de regime. (…) No caso da Síria, os pressupostos objetivos do R2P verificaram-se.”</i>	6.2



E3	<i>“As intervenções militares para salvaguardar os direitos humanos são mais do que justificáveis. Seriam respeitadas e consideradas positivamente mesmo pelas partes contrárias/terceiras.”</i>	6.2
Pergunta n.º 7 (...) Na sua opinião, qual o impacto que a intervenção militar da NATO na Líbia teve no princípio R2P?		
E1	<i>“Todo este processo torna-se um caso negativo do R2P. Houve vários falhanços ao nível da implementação e execução (...) precisamos agora de investir mais na prevenção, relegando para uma última solução, o uso da força (...) Uma terceira implicação importante, é a perda de legitimação política do R2P, porque a intervenção é liderada pela NATO - EUA e seus aliados -, deixando de fora outros dois membros do Conselho de Segurança”</i>	7.1 7.3 7.4
E2	<i>“Este impacto foi uma abertura de porta para que a R2P, que não está prevista na Carta, seja aceite no Sistema das Nações Unidas como fonte de DI. (...) Nos casos em que há violação do DH, importa saber muito bem quais os passos a percorrer, e isso tem de ser muito bem regulado. Sem dúvida que o maior desafio é fazer com que alguns Estados cumpram e não procedam a intervenções unilaterais à margem das NU e do CS. Importa criar as normas, os procedimentos, etc. e garantir que estes Estados se vinculem.”</i>	7.2 7.3
E3	<i>“Que a intervenção militar torna claro que a R2P não é uma responsabilidade exclusiva dos comandantes militares, mas sobretudo da liderança civil-política que dirige os seus esforços.”</i>	7.3

N.º	Excerto das Respostas dos jornalistas presentes no conflito da Líbia	Segmento Identificado
Pergunta n.º 1 (...) Na sua opinião que melhorias poderiam ser adotadas para cumprir este desiderato?		
E4	-	-
E5	-	-
Pergunta n.º 2 (...) Como podem os civis ser protegidos dos seus próprios governos?		
E4	<i>“As pessoas destes países não podem ser confrontadas só com estas duas opções, ou viver em guerra, ou viver com o ditador, tem de haver uma alternativa.”</i>	2.4
E5	<i>“ (...) ênfase ao trabalho que a engenharia desenvolveu no Líbano, em Timor e noutros países, a melhorar as condições de vida, as condições sanitárias e para estudar, porque é assim que se começa a mudar um destino de um povo: dando educação e saúde, princípios básicos de vida. (...) A comunidade internacional tem de ser um apoio.”</i>	2.4
Pergunta n.º 3 (...) Considerando a origem do princípio R2P e sua evolução conceptual nos últimos quinze anos, a discussão permanece. Como não interferir nos assuntos internos desse Estado, quando a mudança de regime parece ser a única solução?		
E4	-	-
E5	<i>“Havia uma enorme vontade de lutar contra o regime, mas também um grande respeito pelas qualidades de Khadafi, exatamente pelas preocupações sociais que tinha e pela forma de como ele tinha conseguido manter aquele país unido. (...) Cada país tem os seus hábitos, as suas culturas, o seus costumes e interesses; e cada país tem de encontrar o seu caminho. Assim, a comunidade internacional tem é que ajudar a lutar pelos direitos que a humanidade conquistou.”</i>	3.3 3.5



Pergunta n.º 4		
(...)Quais são, na sua opinião, os desafios futuros para o princípio da R2P?		
E4	-	-
E5	<i>“Quando se parte para uma operação destas, tem de se prever o que vai acontecer a seguir (...) A comunidade internacional tem de ser um apoio (...) porque é assim que se começa a mudar um destino de um povo: dando educação e saúde, princípios básicos de vida.”</i>	4.2
Pergunta n.º 5		
(...) Como caracteriza a intervenção da NATO na Líbia, em março de 2011?		
E4	<i>“a intervenção da NATO acabou por proteger as populações (...) Se não fosse esta resposta e as forças entrassem em Tripoli, seria um assassinio.”</i>	5.2
E5	<i>“(...) A intervenção militar da NATO merece uma reflexão profunda, e o papel que Americanos, Ingleses e Franceses tiveram na Líbia, merecia uma responsabilidade criminal. (...) O que a comunidade internacional fez ao longo destes anos foi chegar, arrasar, destruir, e não soube ocupar, ou seja, fazer a transição para uma democracia de unidade nacional.”</i>	5.3 5.4
Pergunta n.º 6		
(...) Considera legítima uma intervenção militar num país em plena guerra civil, ao abrigo do princípio “responsabilidade de proteger” (norma que protege os direitos humanos)?		
E4	<i>“Sim, mas em determinadas condições. (...) A R2P vai muito mais além dos passos habitualmente dados (observadores, missões de paz, etc.). (...)”</i>	6.2
E5	<i>“Considero legítimas todas as operações militares que visem salvaguardar e proteger o povo, as populações. (...) Ora, se neste caso o propósito foi proteger a população, ela não foi protegida. E os seus bens e recursos, acabaram por ser assaltados, por dentro e por fora (pelas potências estrangeiras e nos interesses que se instalaram dentro da Líbia). (...) Foi legítimo, não! É criminoso!”</i>	6.1
Pergunta n.º 7		
(...) Na sua opinião, qual o impacto que a intervenção militar da NATO na Líbia teve no princípio R2P?		
E4	<i>“Não creio. (...) A NATO bombardeou a Líbia e logo de seguida retirou-se, faltou tudo o resto, a reconstrução”</i>	7.1 7.3
E5	<i>“O país mergulhou numa guerra civil violentíssima desde então (...) num regime mudam-se as figuras, aqui destruíram quase todo um estado. De referir que os cerca de 30 mil voos que a NATO fez sobre a Líbia, supostamente a coberto do princípio R2P, foram exatamente para bombardear todas as movimentações das tropas de Kadhafti (...) Quando se parte para uma operação destas, tem de se prever o que vai acontecer a seguir. A NATO, a França, a Inglaterra, têm grande poder de gatilho, mas falta-lhes coração para entender as populações e cabeça para definir o depois da guerra.”</i>	7.1 7.3